Docusign Envelope ID: 59C8EDDC-2D71-47FA-8D2D-C846E9A2AEC3

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

São Paulo, 28 de março de 2025
A Renova Energia S.A. ("Renova" ou "Companhia") (B3: RNEW3; RNEW4 e RNEW11) anunciou hoje os resultados referentes ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2024. As informações operacionais e financeiras da Companhia são apresentadas em números consolidados, conforme exigido pela CVM, em observância às normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 36.

DESTAQUES OPERACIONAIS 4T24 VS. 4T23 E 2024 VS. 2023

- Impacto de 15,4% (42,2 GWh) de *curtailment* na produção de energia, que totalizou 231,1 GWh no 4T24. No 4T23 a geração foi de 201,7 GWh e 15,5% de *curtailment*.
- No ano de 2024 houve impacto de 18,6% (218,8 GWh) de *curtailment*, totalizando de energia gerada 972,6 GWh. Em 2023, a geração total foi de 1.081,9 GWh, e 8,6% de *curtailment*.

DESTAQUES FINANCEIROS 4T24 VS. 4T23 E 2024 VS. 2023

- **Receita líquida:** No 4T24, a receita líquida foi de R$ 91,3 milhões, representando um aumento em relação ao 4T23 que registrou R$ 50,6 milhões. No acumulado de 2024, a receita líquida atingiu R$ 259,2 milhões vs. R$ 227,8 milhões em 2023.
- **Resultado de energia¹:** No quarto trimestre de 2024 o resultado de energia foi de R$ 57,9 milhões em comparação aos R$ 38,0 milhões no mesmo período de 2023. No acumulado de 2024, o resultado totalizou R$ 192,0 milhões vs. R$ 185,7 milhões em 2023.
- **EBITDA ajustado²:** No 4T24 o EBITDA ajustado foi de R$ 8,8 milhões, apresentando uma redução de 21,8%, comparado com os R$ 11,3 milhões no mesmo período de 2023. No ano de 2024, o EBITDA ajustado totalizou R$ 52,4 milhões vs. R$ 67,5 milhões no ano de 2023.
- **Lucro/Prejuízo líquido:** No último trimestre de 2024 o prejuízo líquido foi de R$ 67,6 milhões, em comparação ao lucro líquido de R$ 125,9 milhões no mesmo período de 2023. No acumulado de 2024, o prejuízo foi de R$ 117,1 milhões vs. prejuízo de R$ 9,2 milhões em 2023.
- **Saldo de caixa³:** O saldo de caixa foi de R$ 144,2 milhões em 31/12/2024.

¹ Resultado de energia considera receita líquida, custo com compra e encargos regulatórios. ²EBITDA ajustado, é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia e não revisada pelos auditores independentes, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, conforme a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social, além de desconsiderar os efeitos de ganho na alienação e ativos, compromissos futuros a marcação a mercado e reversão outorga; ³Considera caixa e equivalentes de caixa.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2024, o Grupo Renova Energia demonstrou resiliência, compromisso e atuação excepcional, enfrentou desafios e se adaptou às constantes mudanças do mercado. Com empenho e dedicação de toda a equipe, conseguimos superar obstáculos importantes, refletindo nossa capacidade de inovação e compromisso com a excelência e, é com grande satisfação que comunicamos que, no dia 13 de fevereiro de 2025, concluímos com êxito o processo de Recuperação Judicial. Em 24 de outubro de 2024, o Conselho de Administração da companhia deliberou pelo aumento de capital no montante máximo de R$ 540 milhões.
Em 13 de março de 2025 a companhia iniciou o processo de direito de preferência cujo término será até o dia 14 de abril de 2025, finalizando o processo de melhora da estrutura de capital, importante marco para o futuro do Grupo Renova.
Agora, mais do que nunca, estamos prontos para avançar com confiança e determinação, sempre comprometidos com a geração de valor para nossos acionistas, clientes e colaboradores. Acreditamos que, com o espírito de inovação e a dedicação de toda a nossa equipe, continuaremos a crescer e prosperar, construindo um futuro promissor e sustentável.
No que se refere aos resultados financeiros no quarto trimestre de 2024. a receita líquida **atingiu R$ 91,3 milhões, crescimento de 80,6%** em comparação com o mesmo período de 2023.
A Companhia apresentou um **EBITDA ajustado de R$ 8,8 milhões** no quarto trimestre.
Agradecemos, mais uma vez, aos nossos colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pela confiança, e ao Conselho de Administração pela orientação sólida e apoio unânime na maneira como estamos construindo a história e a geração de valor da Companhia. Estamos entusiasmados com as oportunidades que se apresentam à frente e confiantes na capacidade da Renova Energia de superar novos desafios e prosperar no futuro.
Juntos, continuaremos a trilhar este caminho de sucesso!

Sergio Ros Brasil Pinto
CEO

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhares de reais

Ativos	Nota explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.211	246	144.216	17.600
Aplicações financeiras	6	–	–	5.145	5.180
Contas a receber de clientes	7	–	–	48.798	32.930
Tributos a recuperar	8	840	743	12.579	20.300
Partes relacionadas	25	64.936	44.768	–	–
Adiantamentos a fornecedores		246	535	2.293	1.620
Despesas antecipadas		119	118	9.953	4.114
Compromissos futuros	18	–	–	63.415	52.443
Outros créditos		671	1.616	1.870	4.433
		83.023	48.026	288.269	138.620
Ativos classificados como mantidos para venda		–	262	–	262
Total dos ativos circulantes		83.023	48.288	288.269	138.882
Não Circulantes					
Aplicações financeiras	6	22	312	22	312
Depósitos judiciais		795	2.428	2.714	4.595
Tributos diferidos		–	–	12.900	4.799
Partes relacionadas	25	–	250	–	–
Compromissos futuros	18	–	–	213.868	305.489
Outros créditos		–	60	–	60
Investimentos	9	1.029.986	1.229.009	–	–
Imobilizado	10	116.436	117.348	2.543.573	2.622.001
Total dos ativos não circulantes		1.147.239	1.349.407	2.773.077	2.937.256
Total dos Ativos		1.230.262	1.397.695	3.061.346	3.076.138

Passivos e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulantes					
Fornecedores	12	19.688	7.700	65.404	63.750
Empréstimos e financiamentos	13	688	4.938	33.691	172.754
Tributos a recolher	14	2.681	3.029	9.288	15.033
Salários, encargos e férias a pagar		7.402	6.393	8.972	7.220
Contas a pagar - CCEE	15	–	–	159.834	48.699
Arrendamentos a pagar	11	195	1.025	695	1.395
Compromissos futuros	18	–	–	76.712	33.477
Adiantamentos de clientes		100	–	5.897	22
Partes relacionadas	25	30.486	30.486	–	–
Outras contas a pagar	16	2.081	94.722	2.149	95.237
		63.321	148.293	362.642	437.587
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda		–	327	–	327
Total dos passivos circulantes		63.321	148.620	362.642	437.914
Não Circulantes					
Fornecedores	12	16.638	18.707	260.380	215.284
Empréstimos e financiamentos	13	31.881	25.620	1.110.499	901.872
Debêntures privadas	13	53.756	56.024	–	–
Tributos a recolher	14	–	263	–	263
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	18	–	–	39.123	56.971
Contas a pagar - CCEE	15	–	–	71.413	57.048
Arrendamentos a pagar	11	8.324	7.822	24.277	23.663
Partes relacionadas	25	107	12.055	–	–
Provisão para perda sobre investimentos	9	21.092	25.692	–	–
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatório	17	129.596	121.158	161.145	204.388
Provisão para desmantelamento	10.11	–	–	26.349	24.818
Compromissos futuros	18	–	–	85.503	156.894
Outras contas a pagar	16	89.596	48.714	104.064	64.003
Total dos passivos não circulantes		350.990	316.055	1.882.753	1.705.204
Patrimônio Líquido	19				
Capital social		4.170.394	4.170.394	4.170.394	4.170.394
(–) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		1	1	1	1
Prejuízos acumulados		(3.312.687)	(3.195.618)	(3.312.687)	(3.195.618)
Total do patrimônio líquido		815.951	933.020	815.951	933.020
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		1.230.262	1.397.695	3.061.346	3.076.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita Líquida	20	–	–	259.226	227.838
Custos dos Serviços					
Custo com compra de energia		–	–	(43.300)	(17.998)
Custo de operação		–	–	(72.230)	(82.059)
Depreciações e amortizações	10	–	–	(98.148)	(97.784)
Encargos de uso do sistema de distribuição		–	–	(23.933)	(24.104)
Total	21	–	–	(237.611)	(221.945)
Compromissos futuros marcação a mercado	18			(52.493)	167.560
Resultado Bruto		–	–	(30.878)	173.453
Receita (Despesas)					
Gerais e administrativas		(7.908)	(16.660)	(65.108)	(56.872)
Depreciações e amortizações	10	(3.731)	(4.449)	(4.077)	(4.942)
Outras receitas (despesas) líquidas		(2.202)	4.924	(2.300)	81.789
Total	21	(13.841)	(16.185)	(71.485)	19.975
Resultado de equivalência patrimonial	9.2	(191.558)	20.989	–	–
Ganho na alienação de ativos	22	119.179	6.802	119.179	6.878
Total		(72.379)	27.791	119.179	6.878
Lucro (Prejuízo) antes do Resultado Financeiro		(86.220)	11.606	16.816	200.306
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras		420	2.478	8.089	3.339
Despesas financeiras		(31.269)	(26.168)	(151.771)	(152.875)
Total	23	(30.849)	(23.690)	(143.682)	(149.536)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(117.069)	(12.084)	(126.866)	50.770
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(26.954)	–	(38.424)	(8.804)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		26.954	2.846	48.221	(51.204)
Total	24	–	2.846	9.797	(60.008)
Prejuízo Líquido do Exercício		(117.069)	(9.238)	(117.069)	(9.238)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R$)	27	(0,73)	(0,06)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital Social - Integralizado	Capital Social - Custos na emissão de ações	Reservas de capital Ágio	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio Líquido controladora e consolidado
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		4.139.098	(41.757)	1	(3.186.380)	910.962
Aumento de capital social - com emissão de ações		31.296	–	–	–	31.296
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	(9.238)	(9.238)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		4.170.394	(41.757)	1	(3.195.618)	933.020
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	(117.069)	(117.069)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	19	4.170.394	(41.757)	1	(3.312.687)	815.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Prejuízo líquido do exercício	(117.069)	(9.238)	(117.069)	(9.238)
Resultado Abrangente Total do Exercício	(117.069)	(9.238)	(117.069)	(9.238)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais					
Prejuízo líquido do período		(117.069)	(9.238)	(117.069)	(9.238)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10	3.731	4.448	105.267	102.727
Compromissos futuros marcação a mercado	18	–	–	52.493	(167.561)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	10	15.708	–	28.155	3.115
Comissões e outras penalidades	13	–	–	–	–
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	4.097	4.790	115.983	124.735
Apropriação dos custos sobre empréstimos	13	408	–	408	–
Atualização e provisão CCEE	15	–	–	85.249	52.692
Multa sobre ressarcimento	15	–	–	53.206	–
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17	8.438	8.388	8.680	8.420
Provisão (reversão) para contrato oneroso		–	–	–	–
Juros sobre aplicações financeiras e cauções		(449)	(60)	(7.916)	(2.933)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas		390	(2.197)	–	–
Juros sobre contas a pagar		17.106	9.576	21.151	11.835
Juros sobre passivo de arrendamento	11	754	252	2.224	1.587
Atualização da provisão para desmantelamento	10.11	–	–	1.531	1.583
Atualização de depósitos judiciais		–	(101)	11.829	(28)
Tributos diferidos ativos		–	–	(8.101)	(3.472)
Ganho na alienação de ativos	1.1	(119.179)	(6.878)	(119.179)	(6.878)
Resultado de equivalência patrimonial	9	191.558	(20.989)	–	–
Créditos fiscais - Base negativa CSLL		–	(2.846)	–	(4.262)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		–	–	(15.868)	(2.563)
Depósitos judiciais		1.633	1.468	(9.948)	677
Tributos a recuperar		(97)	2.010	6.896	(7.268)
Despesas antecipadas		(1)	(20)	(5.839)	(282)
Adiantamentos a fornecedores		289	533	(673)	(493)
Outros créditos		1.005	(1.405)	2.623	(4.144)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		8.115	(13.781)	(32.020)	(14.437)
Adiantamento de clientes		100	–	5.875	22
Tributos a recolher		(375)	(3.341)	4.343	7.868
Tributos diferidos passivos		–	–	(17.848)	56.971
Salários e férias a pagar		(4.212)	(7.762)	(3.469)	(8.136)
Contas a pagar CCEE	15	–	–	(18.144)	(31.563)
Outras contas a pagar		29.631	6.701	28.363	(74.583)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(299)	(134)	(9.589)	(8.525)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	13	(1.009)	(1.937)	(19.076)	(21.480)
Pagamentos de contingências	17	–	(646)	–	(646)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		40.273	(33.169)	149.537	3.740
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento					
Aportes de capital em investidas	10	(10.471)	–	–	–
Recursos para futuro aumento de capital	9	(8.665)	(16.638)	–	–
Recebimento de Redução de Investimento		9.000	–	–	–
Recebimento na alienação de ativos	1.1	37.789	7.631	37.789	7.631
Aplicações financeiras		739	26	8.241	2.001
Aquisição de imobilizado	10	(9.540)	(7.276)	(44.466)	(28.891)
Dividendos recebidos		4.360	–	–	–
Partes Relacionadas - ações resgatáveis		8.641	6.138	–	–
Partes relacionadas	25	(19.915)	40.601	–	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		11.938	30.482	1.564	(19.259)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Integralização de ações	19	–	62	–	62
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos e debêntures privadas	13	–	(5.006)	–	–
Valores recebidos na emissão de debêntures		–	–	–	–
Custos na captação de empréstimos e financiamentos		(16.420)	–	(16.420)	–
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures	13	(2.572)	(709)	(383)	(25.275)
Pagamento de passivos de arrendamento		(4.913)	(3.662)	(7.682)	(5.441)
Partes relacionadas	25	(12.341)	11.999	–	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(36.246)	2.684	(24.485)	(30.654)
Aumento (Redução) no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		15.965	(3)	126.616	(46.173)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	246	249	17.600	63.773
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	16.211	246	144.216	17.600
Aumento (Redução) no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		15.965	(3)	126.616	(46.173)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receitas					
Vendas de energia	20	–	–	290.503	250.676
Compromissos futuros marcação a mercado				(52.493)	167.560
Outras receitas		5.811	5.986	5.811	6.300
Insumos Adquiridos de Terceiros					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(44)	–	(140.736)	(124.488)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(7.314)	(9.163)	(36.352)	51.219
Valor adicionado bruto		(1.547)	(3.177)	66.733	351.267
Depreciação	10	(3.731)	(4.449)	(102.225)	(102.726)
Valor Adicionado Líquido Gerado		(5.278)	(7.626)	(35.492)	248.541
Valor Adicionado Recebido em Transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	9	(191.558)	20.989	–	–
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	1.1	119.179	6.802	119.179	6.878
Receitas financeiras		443	2.602	8.196	3.503
Valor Adicionado Total a Distribuir		(77.214)	22.767	91.883	258.922
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal:					
Remuneração direta		5.638	8.658	23.015	24.832
Benefícios		1.109	1.846	5.535	4.919
FGTS		542	994	1.685	2.381
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		2.125	(938)	26.794	87.391
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		21.964	14.575	137.913	138.117
Aluguéis		(803)	184	291	201
Outros		9.280	6.686	13.719	10.319
Remuneração de Capitais Próprios					
Prejuízo líquido do exercício		(117.069)	(9.238)	(117.069)	(9.238)
Valor Adicionado Total Distribuído		(77.214)	22.767	91.883	258.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

1. Informações gerais: A Renova Energia S.A. ("Renova", "Companhia" ou "Controladora"), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Avenida das Nações Unidas, 10.989, 8º andar conjunto 82, Brooklin Paulista - São Paulo - SP, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polissilício, lingotes, *wafers*, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção ("Grupo Renova"):

Investimentos	Classificação	Descrição
Renova PCH Ltda. ("Renova PCH")	Controlada direta	Tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) ¹	Controlada direta	Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.		
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding)¹	Controlada indireta	
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	Controlada indireta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Renova Comercializadora de Energia S.A.	Controlada direta	Subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Centrais Eólicas Abil S.A. ¹	Controlada indireta	Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2013 ("LER 2013") - vide nota 1.1.
Centrais Eólicas Acácia S.A. ¹		
Centrais Eólicas Angico S.A.¹		
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.¹		
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.¹		
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.¹		
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.¹		
Centrais Eólicas Tabua S.A.¹		
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.¹		
Centrais Eólicas São Salvador S.A.¹	Controlada indireta	Têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção comercializada no mercado livre. - vide nota 1.1.
Centrais Eólicas Cedro S.A.¹		
Centrais Eólicas Vellozia S.A.¹		
Centrais Eólicas Angelim S.A.¹		
Centrais Eólicas Facheio S.A.¹		
Centrais Eólicas Sabiu S.A.¹		
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.¹		
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.¹		
Centrais Eólicas Jataí S.A.¹		
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.¹		
Centrais Eólicas Amescla S.A.¹		
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.¹		
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.¹		
Centrais Eólicas Manineiro S.A.¹		

Investimentos	Classificação	Descrição
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.¹	Controlada direta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2014 ("LER 2014") - vide nota 1.1.
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.¹	Controlada indireta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2014 ("LER 2014") - vide nota 1.1
Centrais Eólicas Botuquara S.A.³	Controlada direta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.³		
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.³		
Centrais Eólicas Canjoão S.A.³		
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.³		
Centrais Eólicas Conquista S.A.³		
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.³		
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.³		
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.³		
Centrais Eólicas Macambira S.A.³		

Investimentos	Classificação	Descrição
Centrais Eólicas Tamboril S.A.³	Controlada direta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Centrais Eólicas Tingui S.A.³		
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.³		
Centrais Eólicas Caliandra S.A.³		
Centrais Eólicas Cansanção S.A.³		
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.³		
Centrais Eólicas Ico S.A.³		
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.³		
Centrais Eólicas Lençóis S.A.		
Centrais Eólicas Putumuju S.A.³		
SF 120 Participações Societárias S.A.	Controlada direta	Têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Renovapar S.A.		
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica e solar, comercializar energia elétrica, bem como comercializar quaisquer outros direitos advindos de benefícios ambientais resultantes dessa atividade, e ainda, desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas à consecução de tais atividades de geração e comercialização da energia elétrica.
Serra do Tigre Centrais Eólicas Ltda.	Controlada direta	Têm por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica, bem como comercializar a energia elétrica, e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
Taperoá Centrais Eólicas Ltda.		
Ventos de São Bartolomeu Energia Renováveis Ltda.		
UFV Maracujá Ltda.	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica por fonte renovável, bem como o aluguel de máquinas, equipamentos e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
UFV Gregal Ltda.		
UFV Lagoa Ltda.		
UFV Tambora Ltda.		
UFV Vatra Ltda.		
UFV Cachoeira Ltda.		
UFV Fotiá Ltda.		
UFV Morrinhos Ltda.		
UFV Iracema Ltda.		
UFV Azufre Ltda.		
UFV Junco Ltda.		
UFV Caraubas Ltda.		
UFV Quixabas Ltda.		

Nota 1: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A. Nota 2: investimento alienado em 15 de maio de 2023, conforme nota 1.1.1 e 1.1.2. Nota 3: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B.

1.1. Principais eventos ocorridos nos exercícios: 1.1.1. Venda de ativos - Serra do Tigre: Em 26 de janeiro de 2023 a Companhia assinou com o Salus - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, o Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas tendo como objetivo a alienação da totalidade das quotas da controlada Serra do Tigre Centrais Eólicas Ltda., livre de quaisquer ativos ou obrigações, salvo pelos contratos de arrendamento listados no Anexo I do referido instrumento, pelo valor de R$7.631.

Descrição	Valor
Valor da venda	7.631
Custo do investimento	(753)
Ganho na alienação	6.878

A venda foi homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial em 09 de março de 2023 e concluída em 15 de maio de 2023. **1.1.2. Acordo Indenização - Taperoá:** Em 24 de novembro de 2022 a Companhia assinou com a Sequoia Capital Ltda. ("Sequoia"), o Instrumento Particular de transação, indenização e outras avenças com o objetivo de extinguir qualquer conflito entre as partes relacionados ao Projeto Cacimbas. Dentre outras obrigações, a Companhia cederá sua posição contratual nos contratos de arrendamento objeto do referido Instrumento. Ademais, a Sequoia pagará a Companhia a título de indenização a quantia total de R$18.000, cujo pagamento será realizado conforme segue: R$1.000 - um dia após Homologação Judicial da transação, recebidos em 09 de fevereiro de 2023 e reconhecidos na rubrica de indenizações; R$17.000 - em parcela única, corrigidos pelo IPCA a partir da data-base desta transação, condicionado ao cumprimento das obrigações da Companhia, no prazo de até 60 dias contados da assinatura do Contrato do Uso de Sistema de Transmissão ("CUST"), ou alternativamente, no prazo de 12 meses contados da expedição do Parecer de Acesso Positivo. A operação foi homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial em 08 de fevereiro de 2023 e sua conclusão está sujeita ao cumprimento das condições precedentes estabelecidas entre as partes. **1.1.3. Pagamento de credores:** Conforme cronograma de pagamento de amortização previsto nos Planos de Recuperação Judiciais da Renova, em fevereiro de 2023 a companhia realizou o pagamento da primeira parcela aos credores com Garantia Real "Classe II", cujo montante total foi de R$34,4 milhões. Em agosto de 2023, a Cia. constitui acordo de *Standstill*, conforme Fato Relevante publicado em 13 de agosto de 2023, o qual possibilitou o pagamento parcial de juros no total de R$10,6 milhões, pagos em três parcelas iguais e consecutivas com vencimento entre agosto e outubro de 2023. Em continuidade as tratativas no âmbito da Recuperação Judicial os novos aditamentos foram submetidos à homologação em 14 de outubro de 2024, e em 15 de outubro de 2024 foi realizado o pagamento de R$18,9 milhões referente aos juros acumulados do período, com homologação final dos aditivos ocorridos em 30 de outubro de 2024. Quanto aos pagamentos dos credores quirografários, Classe III, estão sendo realizados conforme previsto cronograma de pagamento do plano de Recuperação Judicial da Cia. Adicionalmente, em fevereiro e agosto de 2024, foram realizados os pagamentos dos credores classe III, no valor montante de R$24,4 milhões do Plano de Recuperação Judicial. **1.1.4. Suspensão da liminar contrato Light:** Em 16 de março de 2023, o Superior Tribunal de Justiça revogou a medida liminar que visava suspender a eficácia da sentença do procedimento arbitral promovido pela Light. Os recursos pendentes de julgamento não detêm efeito suspensivo. Assim, diante do julgamento em 25 de abril de 2024 do incidente da Recuperação ajuizado pela LightCom, a Companhia incluiu no quadro geral de credores o crédito de R$51 milhões em favor da LightCom, Classe III (Nota 17). **1.1.5. *Earn-Out* - Alto Sertão II:** Em abril de 2024 foi concluído o ajuste de preço sob a forma de *earn-out*, conforme previsto no contrato de compra e venda do Complexo Eólico Alto Sertão II entre a Companhia e a AES. O impacto deste ajuste de preço foi positivo no resultado da Companhia em R$65,6 milhões com impacto no caixa de R$22,2 milhões e reversão de provisão em Outras Contas a Pagar de R$43,4 milhões. **1.1.6. Acordo transação de projetos em desenvolvimento:** Em abril de 2024, foi assinado um instrumento particular de transação entre a Companhia e o Grupo Sallus, representado por suas sociedades investidas, dedicados à pesquisa e implementação de projetos de energia eólica e solar. O acordo abrange a sobreposição de projetos em desenvolvimento entre as partes. Para transação existem condições precedentes, destacam-se a homologação pelo juízo da Recuperação Judicial e a autorização do CADE, conforme apresentado na nota explicativa 22. **1.2. Recuperação judicial:** Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data. Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III - Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data. Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo. Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes.
O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de dezembro de 2024:

Classes	Saldo em 31/12/2023	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2024
Classe I - credores trabalhistas	118	–	(1)	(117)	–
Classe II - credores com garantia real	1.035.274	–	(18.420)	112.633	1.129.487
Classe III - credores quirografários	284.768	57.938	(24.412)	6.596	324.890
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	842	(374)	–	(468)	–
Extraconcursal	30.558	–	(543)	3.327	33.342
Total	1.351.560	57.564	(43.376)	121.971	1.487.719

Classes	Saldo em 31/12/2022	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2023
Classe I - credores trabalhistas	1.420	341	(971)	(680)	8	118
Classe II - credores com garantia real	959.144	–	(44.845)	–	120.975	1.035.274
Classe III - credores quirografários	310.640	23.972	(25.262)	(30.554)	5.972	284.768
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	744	–	–	–	98	842
Extraconcursal	28.309	–	(1.316)	–	3.565	30.558
Total	1.300.257	24.313	(72.394)	(31.234)	130.618	1.351.560

continua→

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2025 23:26:12 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

Docusign Envelope ID: 59C8EDDC-2D71-47FA-8D2D-C846E9A2AEC3

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma: **a)** Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados). **b)** Valor adicional de até R$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados). **c)** O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo: i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR. ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI. Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A. A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da publicação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R$100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2024	2,50%	2,50%
2025	2,50%	2,50%
2026	2,50%	2,50%
2027	2,50%	2,50%
2028	5,00%	5,00%
2029	5,00%	5,00%
2030	5,00%	16,00%
2031	16,00%	18,00%

Em 11 de agosto de 2023, a Companhia celebrou acordo de *standstill* com os credores titulares de créditos com garantia real, referente à parcela semestral com pagamento previsto para 14 de agosto de 2023 ("Parcela Agosto/23"). Por meio do Acordo, os credores com garantia real concordaram em: (i) receber parte da Parcela Agosto/23, no valor de R$10.630, dividida em 3 pagamentos, mensais e de igual valor, com vencimento prorrogado para o último dia dos meses de agosto, setembro e outubro de 2023 ("Pagamento Parcial"); e (ii) não realizar quaisquer atos de cobrança do saldo da Parcela Agosto/23 durante a vigência do Acordo, que se encerrou em 15 de setembro de 2023. Em 15 de setembro de 2023 a Companhia celebrou aditamentos aos planos de recuperação judicial do Grupo Renova Energia com os credores titulares de créditos com garantia real, os quais foram devidamente homologados pelo Juízo da recuperação judicial, segundo previsto no acordo de *standstill* celebrado em 11 de agosto de 2023, que deixou de viger nesta data. Em 10 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou novos aditamentos aos planos de recuperação judicial do Grupo Renova Energia com os credores titulares de créditos com garantia real, os quais foram protocolados nos autos da Recuperação Judicial em 08 de dezembro de 2023, havendo o compromisso da unanimidade dos Credores com Garantia Real no sentido de manifestarem sua adesão a tais aditamentos. Os Aditamentos se limitavam a prever que a parcela semestral devida aos credores com garantia real em 10 de dezembro de 2023 seria paga até 02 de fevereiro de 2024. Tal ajuste se limitava à forma de pagamento dos credores com garantia real, não afetando e nem alterando as formas de pagamentos previstas pelos Planos para os demais credores da Companhia. A parcela semestral com pagamento previsto para 14 de fevereiro de 2024, não foi paga aos credores titulares de créditos com garantia real. Em 7 de junho de 2024 a Companhia celebrou o sexto aditamento ao plano de recuperação judicial do Grupo Renova Energia com os credores titulares de créditos com garantia real, com vigência até agosto de 2024. No início de agosto de 2024, a Companhia foi informada de que o Banco Bradesco vendeu seus créditos para a gestora JIVE. Essa operação não altera as condições previamente estabelecidas para a Renova, exceto pela mudança de titularidade do crédito, sem qualquer ajuste no fluxo de pagamento ou nas taxas contratadas. A Companhia, celebrou novos aditamentos aos planos de recuperação judicial da própria empresa e das sociedades que compõem o Alto Sertão III (conjuntamente, os "Planos"), com aprovação unânime dos credores com garantia real. Esses aditamentos visam o reperfilamento da dívida e foram submetidos à homologação na 2ª Vara de Falências de São Paulo em 14 de outubro de 2024. Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A. e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005. Com a homologação do 7º aditivo ao plano de recuperação, o fluxo de pagamento foi restruturado para os créditos dos credores com garantia real - classe II, onde: • Os créditos de Garantia Real serão remunerados a 100% do CDI a partir da Data do Pedido. • Durante os 24 meses após a homologação do 7º Aditamento, a Renova poderá optar por uma nova fórmula de remuneração, composta por: • IPCA acumulado (pro rata temporis); • NTN-B 2035 (acima do IPCA); • Spread prefixado de 0,5% ao ano. • Taxa Piso IPCA + 5% ao ano. • A partir de 15 de agosto de 2026, término da carência da amortização do principal. O novo fluxo de amortização seguirá conforme o quadro abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2026	–	1,00%
2027	1,01%	1,53%
2028	1,55%	2,11%
2029	2,69%	2,76%
2030	2,84%	2,92%
2031	3,01%	3,11%
2032	3,21%	5,30%
2033	5,59%	5,93%
2034	6,30%	6,72%
2035	7,21%	100,00%

a) Parcelas em atraso: As parcelas semestrais previstas no plano anterior, com vencimentos em agosto 2023 e fevereiro 2024, serão capitalizadas ao saldo devedor em 15 de outubro de 2024. **b)** Pagamento em 15 de outubro de 2024: Será pago 25% dos juros do período de 14 de fevereiro 2024 a 15 de outubro de 2024, enquanto os 75% restantes serão capitalizados ao saldo devedor. **c)** Pagamento em 15 de fevereiro 2025: Será pago 75% dos juros do período de 15 de outubro de 2024 a 15 de fevereiro 2025, com os 25% restantes capitalizados ao saldo devedor. **d)** A partir de 15 de agosto de 2025: Os juros semestrais passarão a ser integralmente pagos, sem capitalização. A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma: **a)** Pagamentos iniciais no montante de até R$2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R$1 em até 90 dias e mais R$1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados). **b)** O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial. **c)** Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R$100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal. **d)** O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 2024	2,50%	2,50%
Ano 2025	2,50%	2,50%
Ano 2026	2,50%	2,50%
Ano 2027	2,50%	2,50%
Ano 2028	2,50%	2,50%
Ano 2029	2,50%	5,00%
Ano 2030	5,00%	5,00%
Ano 2031	5,00%	5,00%
Ano 2032	5,00%	5,00%
Ano 2033	5,00%	5,00%
Ano 2034	10,00%	12,50%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma: **a)** Pagamentos iniciais no montante de até R$2 será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R$1 em até 90 dias e mais R$1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados). **b)** O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial. **c)** Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação. **d)** O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses. Os credores classificados como seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro. A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R$20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação (pagamentos efetivados). O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI. Em 21 de outubro de 2024 a Companhia, em atendimento ao artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 44, de 23 de agosto de 2021, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu correspondência enviada por VC Energia II Fundo de Investimento em Participações ("Credor"), fundo de investimento integrado do conglomerado econômico da AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, acionista pertencente ao grupo de controle da Companhia, contemplando o seu compromisso de subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço unitário de R$1,08, mediante capitalização de créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, no montante aproximado de R$524 milhões ("Compromisso de Assinatura"). A Companhia esclarece que o Compromisso de Subscrição e a proposta de aumento do capital social da Companhia, mediante emissão de ações ordinárias de emissão da Companhia, para subscrição privada, nos termos do Compromisso de Subscrição, serão submetidos à análise do Conselho de Administração, que oportunamente deliberaria sobre a realização, ou não, do referido aumento de capital. Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu correspondência enviada pelo Credor ("Compromisso de Subscrição"), por meio do qual o Credor declarou que é titular de créditos, detalhado nas notas explicativas 12 (classe III) e 13.5 (classe II). O aumento de capital com base nos créditos ocorrerá por meio da capitalização dos créditos detidos pelo Investidor contra a Companhia no momento da sua capitalização (o que ainda não ocorreu), podendo resultar na entrega de participação acionária, observado o direito de preferência dos acionistas. A Capitalização de Créditos, nos termos propostos, reduzirá o endividamento em aproximadamente 35% (trinta e cinco por cento) (base set/24), sem qualquer comprometimento do caixa resultando em uma redução substancial da alavancagem da Companhia. Vale ressaltar, que a Capitalização de Créditos beneficia não apenas a Companhia, ao reduzir de forma material o seu passivo, mas a todos os credores concursais, ao proporcionar-lhes conforto adicional de que a Companhia conseguirá adimplir suas obrigações nos termos do Plano de Recuperação Judicial. Por fim, o investidor se comprometeu, de forma irrevogável e irretratável, não alienar ou transferir total ou parcialmente, as ações ordinárias de emissão da Companhia que venham a ser entregues ao Investidor em decorrência da Capitalização de Créditos pelo período de 12 (doze) meses e a investir valores recebidos da companhia através de um instrumento próprio de ("Compromisso de Investimento"), sujeito à aprovação pelo conselho de administração da Companhia. Em 25 de outubro de 2024, a Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 44, de 23 de agosto de 2021, vem comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2024, foi aprovado um aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão, pela Companhia, para subscrição privada de, no mínimo, 485.185.185 e, no máximo, 500.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Ações Ordinárias"), dentro do limite de capital autorizado, conforme disposto no estatuto social da Companhia, ao preço de emissão de R$1,08 por Ação Ordinária ("Preço de Emissão"), totalizando, no mínimo, R$523.999.999,80 ("Subscrição Mínima") e, no máximo, R$540.000.000,00 ("Subscrição Máxima" e "Aumento de Capital", respectivamente), condicionado ao recebimento, pela Companhia, da confirmação da titularidade dos Créditos (conforme definido abaixo) pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações ("Credor"). O Preço de Emissão foi fixado considerando a proposta constante do Compromisso de Subscrição (conforme definido abaixo) e corresponde ao preço médio ponderado por volume (VWAP) das Ações Ordinárias na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, nos 30 pregões compreendidos entre os dias 12 de setembro de 2024 (inclusive) e 23 de outubro de 2024 (inclusive), com deságio de 0,9%. Nesse sentido, o preço de emissão foi fixado com base no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, sem resultar em diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia (incluindo os titulares de Units). Nesse sentido, o Aumento de Capital tem por finalidade viabilizar a Capitalização dos Créditos, com a consequente redução do endividamento da Companhia e fortalecimento da estrutura de capital da Companhia, tendo por objetivo a superação da situação de crise da Companhia, em benefício dos interesses da Companhia e de seus acionistas, credores e demais stakeholders. Sem prejuízo da Capitalização dos Créditos, será assegurado o direito de preferência para subscrição das Ações Ordinárias objeto do Aumento de Capital pelos acionistas da Companhia (incluindo os titulares de certificados de depósito de ações de emissão da Companhia ("Units"), nos termos do artigo 171, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações ("Direito de Preferência"). Tendo em vista que o Aumento de Capital, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, está sujeito ao recebimento, pela Companhia, da confirmação do Credor acerca da titularidade dos Créditos, o prazo para exercício do Direito de Preferência será oportunamente divulgado pela Companhia por meio de novo aviso aos acionistas após tal confirmação. Conforme aprovado pelo Conselho de Administração do Companhia, o Aumento de Capital poderá ser parcialmente homologado em caso de subscrição de Ações Ordinárias, incluindo por meio da Capitalização dos Créditos, representando, no mínimo, a Subscrição Mínima. A Companhia divulgou nesta data aviso aos acionistas, disponível nos websites da Companhia (ri.renovaenergia.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (b3.com.br), contendo informações adicionais acerca da Capitalização dos Créditos e do Aumento de Capital, incluindo os termos e condições a serem observados quando da subscrição e integralização das Ações Ordinárias objeto do Aumento de Capital, bem como as informações exigidas nos termos do artigo 33, inciso XXXI, da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022. A Companhia informa que, em 6 de março de 2025, foram celebrados o "Termo de compromisso de Lock-Up" e o "Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital", conforme nota 30.3 e manterá seus acionistas e o mercado devidamente informados a respeito do Aumento de Capital, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis. A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (http://ri.renovaenergia.com.br). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito. **1.3. Continuidade operacional:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um prejuízo de R$117.069, possui prejuízos acumulados de R$3.312.687 e ativos circulantes em excesso aos passivos circulantes no montante de R$19.702 (Controladora) e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R$74.373 (Consolidado). O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 deve-se, principalmente ao resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R$151.771 que está impactado pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e fornecedores. A Companhia concluiu a obra do Complexo Solar Caetité, localizado no sudoeste da Bahia, com capacidade instalada de 4,8MWp, composto por 19.500 placas de 245W cada e 4 inversores, e terá a energia comercializada na modalidade de geração distribuída, as instalações das linhas de transmissão estão em construção pela Companhia com previsão de conclusão para maio de 2025. A Companhia continua monitorando e mantendo os projetos em fase de desenvolvimento, dando sequência na rotina de regularização fundiária, manutenção de licenças ambientais, monitoramento dos recursos eólicos e solares. Atualmente, o portfólio possui uma potência estimada em mais de 7 GW eólicos e 2 GW solares localizados em diversos estados do Brasil. Nesse período, também desenvolveu 11 projetos de geração distribuída (33MW) que se encontram em tramite de solicitação de parecer de acesso, foram desenvolvidos em áreas já arrendadas no passado e utilizando recursos técnicos internos da empresa. Com o objetivo de melhorar esse cenário a Companhia contratou, em 20 de março de 2023, assessores externos para auxiliar na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas com o objetivo de otimizar sua estrutura de custos de capital e seu perfil de endividamento junto aos seus credores, em outubro de 2024 os assessores em conjunto com a Companhia concluíram os 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A. e Outros. Adicionalmente, conforme citado anteriormente na nota explicativa 1.2, será realizado o aumento de capital de até R$ 540 milhões, melhorando a situação financeira da Companhia. A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo recuperar a saúde financeira e preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Políticas contábeis materiais: 2.1 Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. **2.2 Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia. **2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo Renova é como segue: **2.3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. **2.3.2 Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento em controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia incluem a mais-valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. **2.3.3 Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras. Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas controladas não possuíam ativos classificados como mantidos para venda. **2.3.4 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("ON") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria. **2.3.6 Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **a)** Tributos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. As controladas indiretas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, controladas diretas Itaparica e Itapuã VII optaram pelo regime do lucro presumido. A controladora e demais companhias listadas na nota 1 são optantes do regime do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras. **b)** Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **2.3.7 Ativo imobilizado:** a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável. Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos. As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação dele, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar. b) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato de a Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados. c) Provisão para desmantelamento: As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia e suas controladas adotam como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos. **2.3.8 Redução ao valor recuperável de ativos:** No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Caso as condições precedentes que originaram a perda por redução recuperável sejam superadas a reversão é reconhecida no resultado do exercício. **2.3.9 Provisões:** Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.3.10 Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros: d.1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado: Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria: • Caixa e equivalentes de caixa (nota 6); • Aplicações financeiras (nota 6); • Transações com partes relacionadas (nota 25). d.2) Mensurados pelo custo amortizado: A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e suas controladas possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 7). b) Passivos financeiros: b.1) Mensurados pelo custo amortizado: São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem: • Fornecedores (nota 12); • Empréstimos e financiamentos (nota 13); • Contas a pagar - CCEE (nota 15); e • Transações com partes relacionadas (nota 25). b.2) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. **2.4 Pronunciamentos novos ou alterados: Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - IFRS 18:** Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas. O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo. **Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - IFRS 19:** Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem

Docusign Envelope ID: 59C8EDDC-2D71-47FA-8D2D-C846E9A2AEC3

renova ENERGIA

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

Demonstrações Financeiras **2024**

—★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto de certas investidas no montante de R$21.092 (R$25.692, em 31 de dezembro de 2023).

9.2 Informações sobre investidas: As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	31/12/2024 Quantidade total de ações/quotas	Partici-pação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício	31/12/2023 Quantidade total de ações/quotas	Partici-pação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH										
Renova PCH Ltda.	37.540.023	99,99	374	(4)	(4)	37.540.023	100	374	–	–
Eólico										
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	2.529.525.528	99,99	2.178.575	844.480	(166.365)	2.529.525.528	99,99	2.169.591	1.018.984	(152.096)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	20.231.307	99,99	20.231	2.356	(34)	19.910.432	99,99	19.910	2.390	3.425
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	9.982.985	99,99	9.983	922	221	9.911.338	99,99	9.911	701	3.870
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	17.702.074	99,99	17.702	(3.304)	(76)	17.648.177	99,99	17.648	(3.228)	3.318
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	24.131.998	99,99	24.132	(3.174)	(241)	23.468.639	99,99	23.469	(2.936)	4.780
Centrais Eólicas Conquista S.A.	25.966.848	99,99	25.967	7.402	(52)	25.549.928	99,99	25.550	7.454	4.514
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	8.835.276	99,99	8.835	796	(74)	8.510.149	99,99	8.510	870	3.466
Centrais Eólicas Tingui S.A.	22.091.777	99,99	22.092	237	(60)	21.718.499	99,99	21.718	297	3.354
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	6.136.102	99,99	6.136	159	(113)	5.870.759	99,99	5.871	272	2.637
Centrais Eólicas Macambira S.A.	18.058.590	99,99	18.059	(3.701)	(149)	17.701.313	99,99	17.701	(3.552)	3.783
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	16.927.495	99,99	16.927	(3.401)	(103)	16.317.932	99,99	16.318	(3.364)	3.455
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	19.150.067	99,99	19.150	4.402	20	18.830.937	99,99	18.831	4.382	3.300
Centrais Eólicas Putumuju S.A.	12.704.141	99,99	12.704	(4.384)	(141)	12.391.309	99,99	12.391	(4.243)	2.406
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	20.674.275	99,99	20.674	5.705	(60)	20.439.716	99,99	20.440	5.765	2.256
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	21.292.462	99,99	21.292	5.308	20	20.985.315	99,99	20.985	5.288	2.476
Centrais Eólicas Ico S.A.	13.672.434	99,99	13.672	(2.143)	(74)	13.461.491	99,99	13.461	(2.069)	1.821
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	10.141.796	99,99	10.142	596	(110)	7.886.576	99,99	7.887	(1.446)	1.359
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	7.702.113	99,99	7.702	10	(38)	7.582.283	99,99	7.582	48	891
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	4.954.631	99,99	4.955	(1.164)	(37)	4.826.628	99,99	4.827	(1.127)	1.002
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	2.975.552	99,99	2.976	128	(121)	2.856.793	99,99	2.857	249	982
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	3.996.006	99,99	3.996	644	32	3.791.020	99,99	3.791	612	1.026
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	55.967.945	99,99	28.745	31.847	(474)	48.384.027	99,99	21.161	25.137	(1.800)
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	12.731.271.885	99,99	81.285	93.898	6.405	12.731.271.885	99,99	127.313	100.853	10.568
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	245.313.150	99,99	245.313	179	(70)	245.313.150	99,99	245.313	(3.701)	(1.457)
Renovapar S.A.	235.681	100,00	236	–	–	235.681	100,00	236	–	–
Bahia Holding S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.937.880	99,99	12.938	13.933	(1)	12.937.880	99,99	12.938	11.469	(664)
Outras participações (1)	–	–	–	2.757	(31)	–	–	–	(26)	(94)
Comercialização										
Renova Comercializadora de Energia S.A.	528.874.109	100,00	528.874	14.410	(29.828)	528.874.109	100,00	528.874	44.238	112.411
Fotovoltaica										
UFV Maracujá Ltda.	100	99,00	–	–	–	100	99,00	100	–	–
UFV Gregal Ltda.	100	99,00	–	–	–	100	99,00	100	–	–
UFV Lagoa Ltda.	100	99,00	–	–	–	100	99,00	100	–	–
UFV Tambora Ltda.	100	99,00	–	–	–	100	99,00	100	–	–
UFV Vatra Ltda.	100	99,00	–	–	–	100	99,00	100	–	–
UFV Cachoeira Ltda.	100	99,00	–	–	–	100	99,00	100	–	–
UFV Fotiá Ltda.	100	99,00	–	–	–	100	99,00	100	–	–
UFV Morrinhos Ltda.	100	99,00	–	–	–	100	99,00	100	–	–
UFV Iracema Ltda.	100	99,00	–	–	–	100	99,00	100	–	–
UFV Azufre Ltda.	100	99,00	–	–	–	100	99,00	100	–	–
UFV Junco Ltda.	100	99,00	–	–	–	100	99,00	100	–	–
UFV Caraubas Ltda.	100	99,00	–	–	–	100	99,00	100	–	–
UFV Quixaba Ltda.	100	99,00	–	–	–	100	99,00	100	–	–
				1.008.894	(191.558)				1.203.317	20.989

9.3 Movimentação dos investimentos (controladora):

Companhia	31/12/2023	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	Redução de Capital	Resgate de ações	Recebimento de dividendos	31/12/2024
PCH								
Renova PCH Ltda.	–	–	–	(4)	–	–	–	(4)
Eólico								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.018.984	–	501	(166.364)	–	(8.641)	–	844.480
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	2.390	–	–	(34)	–	–	–	2.356
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	701	–	–	221	–	–	–	922
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	(3.228)	–	–	(76)	–	–	–	(3.304)
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	(2.936)	–	3	(241)	–	–	–	(3.174)
Centrais Eólicas Conquista S.A.	7.454	–	–	(52)	–	–	–	7.402
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	870	–	–	(74)	–	–	–	796
Centrais Eólicas Tingui S.A.	297	–	–	(60)	–	–	–	237
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	272	–	–	(113)	–	–	–	159
Centrais Eólicas Macambira S.A.	(3.552)	–	–	(149)	–	–	–	(3.701)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	(3.364)	–	66	(103)	–	–	–	(3.401)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	4.382	–	–	20	–	–	–	4.402
Centrais Eólicas Putumuju S.A.	(4.243)	–	–	(141)	–	–	–	(4.384)
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	5.765	–	–	(60)	–	–	–	5.705
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	5.288	–	–	20	–	–	–	5.308
Centrais Eólicas Ico S.A.	(2.069)	–	–	(74)	–	–	–	(2.143)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	(1.446)	–	2.152	(110)	–	–	–	596
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	48	–	–	(38)	–	–	–	10
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(1.127)	–	–	(37)	–	–	–	(1.164)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	249	–	–	(121)	–	–	–	128
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	612	–	–	32	–	–	–	644
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	25.137	–	7.184	(474)	–	–	–	31.847
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	100.853	–	–	6.405	(9.000)	–	(4.360)	93.898
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	(3.701)	5.230	(1.280)	(70)	–	–	–	179
SF 120 Participações Societárias S.A.	11.469	2.490	(25)	(1)	–	–	–	13.933
Outras participações	(26)	2.751	64	(32)	–	–	–	2.757
Comercialização								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	44.238	–	–	(29.828)	–	–	–	14.410
Total	1.203.317	10.471	8.665	(191.558)	(9.000)	(8.641)	(4.360)	1.008.894

Companhia	31/12/2022	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	Resgate de ações	31/12/2023
Eólico						
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.167.482	751	8.985	(152.096)	(6.138)	1.018.984
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	(1.089)	–	54	3.425	–	2.390
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	(3.219)	–	50	3.870	–	701
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	(6.600)	–	54	3.318	–	(3.228)
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	(7.819)	–	103	4.780	–	(2.936)
Centrais Eólicas Conquista S.A.	2.885	–	55	4.514	–	7.454
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	(2.638)	–	42	3.466	–	870
Centrais Eólicas Tingui S.A.	(3.135)	–	78	3.354	–	297
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	(2.398)	–	33	2.637	–	272
Centrais Eólicas Macambira S.A.	(7.394)	–	59	3.783	–	(3.552)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	(7.082)	–	263	3.455	–	(3.364)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	1.021	–	61	3.300	–	4.382
Centrais Eólicas Putumuju S.A.	(6.693)	–	44	2.406	–	(4.243)
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	3.479	–	30	2.256	–	5.765
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	2.547	–	265	2.476	–	5.288
Centrais Eólicas Ico S.A.	(3.926)	–	36	1.821	–	(2.069)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	(2.835)	–	30	1.359	–	(1.446)
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	(867)	–	24	891	–	48
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(2.154)	–	25	1.002	–	(1.127)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	(746)	–	13	982	–	249
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	(468)	–	54	1.026	–	612
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	20.784	377	5.776	(1.800)	–	25.137
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	90.285	–	–	10.568	–	100.853
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	(2.679)	–	435	(1.457)	–	(3.701)
Renovapar S.A.	–	–	–	–	–	–
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.132	–	1	(664)	–	11.469
Outras participações	–	–	68	(94)	–	(26)
Comercialização						
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(206.969)	138.796	–	112.411	–	44.238
Total	1.031.904	139.924	16.638	20.989	(6.138)	1.203.317

10. Imobilizado: 10.1. Controladora:

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2024 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2023 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.692)	–	22.692	(22.691)	1
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.729)	11	3.740	(3.697)	43
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.436)	88	2.524	(2.406)	118
		28.956	(28.857)	99	28.956	(28.794)	162
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(5.297)	59	5.356	(5.133)	223
Benfeitorias	4%	854	(282)	572	854	(248)	606
Móveis e utensílios	10%	305	(299)	6	2.147	(2.057)	90
Softwares	20%	3.737	(3.531)	206	3.678	(3.459)	219
Equipamento de informática	20%	4.446	(4.033)	413	4.297	(3.877)	420
		14.698	(13.442)	1.256	16.332	(14.774)	1.558
Total do imobilizado em serviço		43.654	(42.299)	1.355	45.288	(43.568)	1.720
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		111.481	–	111.481	113.309	–	113.309
Estudos e projetos		1.062	–	1.062	1.062	–	1.062
Torres de medição		1.180	–	1.180	386	–	386
Terrenos		50	–	50	50	–	50
Adiantamentos a fornecedores		559	–	559	575	–	575
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(4.669)	–	(4.669)	(4.669)	–	(4.669)
Total do imobilizado em curso		109.663	–	109.663	110.713	–	110.713
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		30.751	(25.333)	5.418	27.250	(22.073)	5.177
Transferência para ativos mantidos para venda		–	–	–	(262)	–	(262)
Total do imobilizado em curso		30.751	(25.333)	5.418	26.988	(22.073)	4.915
Total imobilizado		184.068	(67.632)	116.436	182.989	(65.641)	117.348

10.2. Movimentações do imobilizado (controladora):

	31/12/2023	Adições	Reclassificações entre rubricas	Transferência de ativos mantidos para venda	Baixa	31/12/2024
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	22.692	–	–	–	–	22.692
Equipamentos de medição	3.740	–	–	–	–	3.740
Equipamentos de torres	2.524	–	–	–	–	2.524
	28.956	–	–	–	–	28.956
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	–	–	–	–	5.356
Benfeitorias	854	–	–	–	–	854
Móveis e utensílios	2.147	12	–	–	(1.854)	305
Softwares	3.678	59	–	–	–	3.737
Equipamento de informática	4.297	149	–	–	–	4.446
	16.332	220	–	–	(1.854)	14.698
Total do imobilizado em serviço - custo	45.288	220	–	–	(1.854)	43.654
(–) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(22.691)	(1)	–	–	–	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.697)	(24)	–	–	(8)	(3.729)
Equipamentos de torres	(2.406)	(25)	–	–	(5)	(2.436)
	(28.794)	(50)	–	–	(13)	(28.857)
Administração						
Máquinas e equipamentos	(5.133)	(164)	–	–	–	(5.297)
Benfeitorias	(248)	(34)	–	–	–	(282)
Móveis e utensílios	(2.057)	(19)	–	–	1.777	(299)
Softwares	(3.459)	(72)	–	–	–	(3.531)
Equipamento de informática	(3.877)	(129)	–	–	(27)	(4.033)
	(14.774)	(418)	–	–	1.750	(13.442)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(43.568)	(468)	–	–	1.737	(42.299)
Total do imobilizado em serviço	1.720	(248)	–	–	(117)	1.355
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	113.309	13.763	–	–	(15.591)	111.481
Estudos e projetos	1.062	–	–	–	–	1.062
Torres de medições	386	794	–	–	–	1.180
Terrenos	50	–	–	–	–	50
Adiantamentos a fornecedores	575	(16)	–	–	–	559
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(4.669)	–	–	–	–	(4.669)
Total do custo do imobilizado em curso	110.713	14.541	–	–	(15.591)	109.663
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	27.250	3.504	(265)	262	–	30.751
(–) Amortização contratos de arrendamento	(22.335)	(3.263)	265	–	–	(25.333)
	4.915	241	–	262	–	5.418
Total do imobilizado	117.348	14.534	–	262	(15.708)	116.436

	31/12/2022	Adições	Reclassificações entre rubricas[1]	Baixa	31/12/2023
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	–	–	–	22.692
Equipamentos de medição	3.739	–	1	–	3.740
Equipamentos de torres	2.524	–	–	–	2.524
	28.955	–	1	–	28.956
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	–	–	–	5.356
Benfeitorias	854	–	–	–	854
Móveis e utensílios	2.146	1	–	–	2.147
Softwares	3.670	8	–	–	3.678
Equipamento de informática	4.283	14	–	–	4.297
	16.309	23	–	–	16.332
Total do imobilizado em serviço - custo	45.264	23	1	–	45.288
(–) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.641)	(50)	–	–	(22.691)
Equipamentos de medição	(3.665)	(32)	–	–	(3.697)
Equipamentos de torres	(2.378)	(28)	–	–	(2.406)
	(28.684)	(110)	–	–	(28.794)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(4.733)	(398)	(2)	–	(5.133)
Benfeitorias	(215)	(34)	1	–	(248)
Móveis e utensílios	(1.976)	(81)	–	–	(2.057)
Softwares	(3.388)	(71)	–	–	(3.459)
Equipamento de informática	(3.722)	(155)	–	–	(3.877)
	(14.034)	(739)	(1)	–	(14.774)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(42.718)	(849)	(1)	–	(43.568)
Total do imobilizado em serviço	2.546	(826)	–	–	1.720
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	101.806	12.256	–	(753)	113.309
Estudos e projetos	1.062	–	–	–	1.062
Torres de medições	–	386			386
Terrenos	50	–	–	–	50
Adiantamentos a fornecedores	30	545	–	–	575
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(4.669)	–	–	–	(4.669)
Total do custo do imobilizado em curso	98.279	13.187	–	(753)	110.713
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	24.239	6.528	–	(3.517)	27.250
(–) Amortização contratos de arrendamento	(18.474)	(3.599)	(262)	–	(22.335)
	5.765	2.929	(262)	(3.517)	4.915
Total do imobilizado	106.590	15.290	(262)	(4.270)	117.348

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

10.3. Consolidado:

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2024 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2023 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Máquinas e equipamentos	5%	2.173.782	(197.968)	1.975.814	1.612.787	(91.019)	1.521.768
Torres de medição	20%	25.137	(24.138)	999	22.692	(22.691)	1
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.729)	11	3.740	(3.697)	43
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.436)	88	2.524	(2.406)	118
Provisão para Desmantelamento		22.242	(2.203)	20.039	22.242	(1.316)	20.926
Outros	14%	–	–	–	–	–	–
		2.227.425	(230.474)	1.996.951	1.663.985	(121.129)	1.542.856
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos		4.362	–	4.362	10.086	–	10.086
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	21.418	(12.211)	9.207	42.410	(2.269)	40.141
Máquinas e equipamentos	4%	551.403	(26.266)	525.137	1.090.501	(45.525)	1.044.976
Móveis e utensílios	6%	1.054	(19)	1.035	293	(30)	263
		578.237	(38.496)	539.741	1.143.290	(47.824)	1.095.466
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	3%	20.323	(1.311)	19.012	14.967	(580)	14.387
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(297.690)	–	(297.690)	(297.690)	–	(297.690)
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(5.295)	61	5.356	(5.133)	223
Benfeitorias	4%	854	(282)	572	854	(248)	606
Móveis e utensílios	10%	305	(299)	6	2.147	(2.057)	90
Softwares	20%	3.737	(3.531)	206	3.678	(3.459)	219
Equipamento de informática	20%	4.465	(4.033)	432	4.297	(3.877)	420
		14.717	(13.440)	1.277	16.332	(14.774)	1.558
Estoques							
Almoxarifado geral		28.576	–	28.576	25.628	–	25.628
Total do imobilizado em serviço		2.571.588	(283.721)	2.287.867	2.566.512	(184.307)	2.382.205
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		361.037	–	361.037	356.320	–	356.320
Estudos e projetos		1.062	–	1.062	1.062	–	1.062
Terrenos		3.208	–	3.208	3.208	–	3.208
Edificações, obras civis e benfeitorias		32.435	–	32.435	32.160	–	32.160
Torres de medição		2.583	–	2.583	1.608	–	1.608
Aerogeradores		44.861	–	44.861	38.535	–	38.535
Módulos e inversores		1.613	–	1.613	1.805	–	1.805
Equipamentos de subestação		25.839	–	25.839	23.844	–	23.844
Adiantamentos a fornecedores		1.024	–	1.024	323	–	323
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(240.297)	–	(240.297)	(240.297)	–	(240.297)
Total do imobilizado em curso		233.365	–	233.365	218.568	–	218.568
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		52.123	(29.782)	22.341	47.078	(25.588)	21.490
Transferência para ativos mantidos para venda		–	–	–	(262)	–	(262)
Total direito de uso		52.123	(29.782)	22.341	46.816	(25.588)	21.228
Total imobilizado		2.857.076	(313.503)	2.543.573	2.831.896	(209.895)	2.622.001

10.4. Movimentações do imobilizado (consolidado):

	31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas[1]	31/12/2024
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Máquinas e equipamentos	1.612.787	388	–	560.607	2.173.782
Torres de medição	22.692	2.445	–	–	25.137
Equipamentos de medição	3.740	–	–	–	3.740
Equipamentos de torres	2.524	–	–	–	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	–	–	–	22.242
	1.663.985	2.833	–	560.607	2.227.425
Sistema de transmissão e conexão					
Terrenos	10.086	–	–	(5.724)	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	42.410	–	–	(20.992)	21.418
Máquinas e equipamentos	1.090.501	–	–	(539.098)	551.403
Móveis e utensílios	293	910	–	(149)	1.054
	1.143.290	910	–	(565.963)	578.237
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	14.967	–	–	5.356	20.323
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.690)	–	–	–	(297.690)
	2.524.552	3.743	–	–	2.528.295
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	–	–	–	5.356
Benfeitorias	854	–	–	–	854
Móveis e utensílios	2.147	12	(1.854)	–	305
Softwares	3.678	59	–	–	3.737
Equipamento de informática	4.297	168	–	–	4.465
	16.332	239	(1.854)	–	14.717
Estoques					
Almoxarifado geral	25.628	11.382	(8.434)	–	28.576
Total do imobilizado em serviço - custo	2.566.512	15.364	(10.288)	–	2.571.588
(–) Depreciação					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	–	(7)	–	–	(7)
Máquinas e equipamentos	(91.019)	(106.819)	(117)	–	(197.955)
Móveis e utensílios	–	(5)	–	–	(5)
Equipamento de informática	–	(1)	–	–	(1)
Torres de medição	(22.691)	(1.447)	–	–	(24.138)
Equipamentos de medição	(3.697)	(24)	(8)	–	(3.729)
Equipamentos de torres	(2.406)	(25)	(5)	–	(2.436)
Provisão para Desmantelamento	(1.316)	(887)	–	–	(2.203)
	(121.129)	(109.215)	(130)	–	(230.474)
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(2.269)	(9.942)	–	–	(12.211)
Máquinas e equipamentos	(45.525)	19.259	–	–	(26.266)
Móveis e utensílios	(30)	11	–	–	(19)
	(47.824)	9.328	–	–	(38.496)
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	(580)	(731)	–	–	(1.311)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.133)	(162)	–	–	(5.295)
Benfeitorias	(248)	(46)	12	–	(282)
Móveis e utensílios	(2.057)	(19)	1.777	–	(299)
Softwares	(3.459)	(72)	–	–	(3.531)
Equipamento de informática	(3.877)	(156)	–	–	(4.033)
	(14.774)	(455)	1.789	–	(13.440)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(184.307)	(101.073)	1.659	–	(283.721)
Total do imobilizado em serviço	2.382.205	(85.709)	(8.629)	–	2.287.867
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	356.320	20.869	(16.169)	17	361.037
Estudos e projetos	1.062	–	–	–	1.062
Terrenos	3.208	–	–	–	3.208
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.160	605	(419)	89	32.435
Torres de medição	1.608	996	(21)	–	2.583
Aerogeradores	38.535	9.305	(2.873)	(106)	44.861
Módulos e inversores	1.805	42	(234)	–	1.613
Equipamentos de subestação	23.844	2.067	(72)	–	25.839
Adiantamentos a fornecedores	323	701	–	–	1.024
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(240.297)	–	–	–	(240.297)
Total do imobilizado em curso	218.568	34.585	(19.788)	–	233.365
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	46.816	5.045	262	–	52.123
(–) Amortização contratos de arrendamento - custo	(705)	(584)	–	–	(1.289)
(–) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(24.883)	(3.610)	–	–	(28.493)
Total direito de uso	21.228	851	262	–	22.341
Total do imobilizado	2.622.001	(50.273)	(28.155)	–	2.543.573

Nota 1: refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas[1]	Saldo vinculado aos ativos vendidos	31/12/2023
Imobilizado em serviço							
Custo							
Geração							
Máquinas e equipamentos	1.612.881	–	–	–	(94)	–	1.612.787
Torres de medição	22.692	–	–	–	–	–	22.692
Equipamentos de medição	3.739	–	–	–	1	–	3.740
Equipamentos de torres	2.524	–	–	–	–	–	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	–	–	–	–	–	22.242
	1.664.078	–	–	–	(93)	–	1.663.985
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos	10.086	–	–	–	–	–	10.086
Edificações, obras civis e benfeitorias	42.410	–	–	–	–	–	42.410
Máquinas e equipamentos	1.090.501	–	–	–	–	–	1.090.501
Móveis e utensílios	293	–	–	–	–	–	293
	1.143.290	–	–	–	–	–	1.143.290
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	14.967	–	–	–	–		14.967
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.690)	–	–	–	–	–	(297.690)
	2.524.645	–	–	–	(93)	–	2.524.552
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	–	–	–	–	–	5.356
Benfeitorias	854	–	–	–	–	–	854
Móveis e utensílios	2.146		1	–	–	–	2.147
Softwares	3.670	9	(1)	–	–	–	3.678
Equipamento de informática	4.302	15	–	–	–	(20)	4.297
	16.328	24	–	–	–	(20)	16.332
Estoques							
Almoxarifado geral	21.928	5.709	(3.115)	–	1.106	–	25.628
Total do imobilizado em serviço - custo	2.562.901	5.733	(3.115)	–	1.013	(20)	2.566.512
(–) Depreciação							
Geração							
Máquinas e equipamentos	(27.648)	(63.371)	–	–	–	–	(91.019)
Torres de medição	(22.641)	(50)	–	–	–	–	(22.691)
Equipamentos de medição	(3.665)	(32)	–	–	–	–	(3.697)
Equipamentos de torres	(2.378)	(28)	–	–	–	–	(2.406)
Provisão para Desmantelamento	(430)	(886)	–	–	–	–	(1.316)

continua —★

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2025 23:27:01 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

Docusign Envelope ID: 59C8EDDC-2D71-47FA-8D2D-C846E9A2AEC3

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

Demonstrações Financeiras **2024**

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas[1]	Saldo vinculado aos ativos vendidos	31/12/2023
	(56.762)	(64.367)	–	–	–	–	(121.129)
Sistema de transmissão e conexão							
Edificações, obras civis e benfeitorias	(842)	(1.427)	–	–	–	–	(2.269)
Máquinas e equipamentos	(14.339)	(31.186)	–	–	–	–	(45.525)
Móveis e utensílios	(11)	(19)	–	–	–	–	(30)
	(15.192)	(32.632)	–	–	–	–	(47.824)
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	(164)	(416)	–	–	–	–	(580)
Administração							
Máquinas e equipamentos	(4.733)	(400)	–	–	–	–	(5.133)
Benfeitorias	(215)	(33)	–	–	–	–	(248)
Móveis e utensílios	(1.976)	(81)	–	–	–	–	(2.057)
Softwares	(3.388)	(71)	–	–	–	–	(3.459)
Equipamento de informática	(3.741)	(156)	–	–	–	20	(3.877)
	(14.053)	(741)	–	–	–	20	(14.774)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(86.171)	(98.156)	–	–	–	20	(184.307)
Total do imobilizado em serviço	2.476.730	(92.423)	(3.115)	–	1.013	–	2.382.205
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	343.250	14.303	–		(480)	(753)	356.320
Estudos e projetos	1.062	–	–	–	–	–	1.062
Terrenos	3.208	–	–	–	–	–	3.208
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.216	93	–	–	(149)	–	32.160
Torres de medição	1.144	–	–	–	464	–	1.608
Aerogeradores	28.811	10.245	–	–	(521)	–	38.535
Módulos e inversores		963	–	–	842	–	1.805
Equipamentos de subestação	17.601	5.330	–	–	913	–	23.844
Adiantamentos a fornecedores	1.854	–	(1.531)	–		–	323
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(240.297)	–	–	–	–	–	(240.297)
Total do imobilizado em curso	188.849	30.934	(1.531)	–	1.069	(753)	218.568
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento	42.184	5.021	–		(389)	–	46.816
(–) Amortização contratos de arrendamento - custo	(225)	(480)	–	–	–	–	(705)
(–) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(20.937)	(4.091)	–	(262)	407	–	(24.883)
Total direito de uso	21.022	450	–	(262)	18	–	21.228
Total do imobilizado	2.686.601	(61.039)	(4.646)	(262)	2.100	(753)	2.622.001

Nota 1: refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no exercício. **10.5. Imobilizado em Serviço:** A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado. **10.6. Imobilização em curso:** As imobilizações em curso registram os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento e solares, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL.

10.7. Composição do imobilizado por projeto: Em 31 de dezembro de 2024 o imobilizado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A			
ACL (Mercado Livre I)	12.626	–	12.626
LER 2013	3.498	–	3.498
	16.124	–	16.124
Alto Sertão III - Fase B[(1)]			
ACL (Mercado livre II)	106.954	(56.156)	50.798
Outros			
Solar	22.753	–	22.753
Outras imobilizações em curso [(2)]	148.359	(4.669)	143.690
Total do imobilizado em curso	294.190	(60.825)	233.365

Nota 1: Em 4 de junho de 2019, a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado à Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando a não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação foi finalizada em 11 de dezembro de 2023, conforme ofício nº 1159/2023-SCE/ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de *impairment* para esses ativos. Nota 2: Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e solares, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia. **10.8. Baixa de projetos:** A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e projetos fotovoltaicos periodicamente. Após revisão de seu portfólio, a Companhia concluiu que em 31 de dezembro de 2024 não havia projetos a serem baixados, além dos montantes já baixados anteriormente. **10.9. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia procedeu a revisão de todas as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável de seu ativo utilizando o método do valor em uso dos ativos, calculou o valor presente dos fluxos de caixas futuros projetados dos projetos, considerando uma taxa de desconto nominal que reflete o custo de capital dos projetos (*WACC*), e a direção da Companhia entende que não há necessidade de reversão ou novas provisões. **10.10. Bens dados como garantia:** A controlada indireta Diamantina possui bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R$1.683.756, conforme Nota 13. **10.11. Desmantelamento:** As provisões para desmantelamento de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. **11. Direito de uso - arrendamentos:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas identificaram 1.037 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma IFRS 16, sendo 889 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento e 143 aos parques eólicos em operação e ainda 5 contratos de aluguel de sedes administrativas. Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	31/12/2024 Controladora	31/12/2024 Consolidado
Ativo		
Não circulante		
Imobilizado		
Direito de uso do ativo arrendado	30.751	52.123
(–) Direito de uso - contrato de arrendamento	(25.333)	(29.782)
	5.418	22.341
Ativo total	5.418	22.341

	31/12/2024 Controladora	31/12/2024 Consolidado
Passivo		
Circulante		
Arrendamentos a pagar	1.143	3.891
(–) Ajuste a valor presente	(948)	(3.196)
Total do passivo circulante	195	695
Não circulante		
Arrendamentos a pagar	15.590	64.516
(–) Ajuste a valor presente	(7.266)	(40.239)
Total do passivo não circulante	8.324	24.277
Passivo total	8.519	24.972

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso. A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada à realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Custo	Controladora	Consolidado
Amortização direito de uso	–	584
Despesa		
Amortização direito de uso	3.263	3.610
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	754	2.224
Total	4.017	6.418

Em 31 de dezembro de 2024, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	Consolidado Juros	Consolidado Principal
Circulante		
dez/2024 a nov/2025	4.259	8.576
Não circulante		
dez/2025 a nov/2026	4.900	8.600
dez/2026 a nov/2027	4.571	7.599
dez/2027 a nov/2028	4.246	7.670
dez/2028 a nov/2029	4.910	6.521
dez/2029 a nov/2034	4.194	6.394
dez/2034 a nov/2039	4.140	6.390
dez/2039 a nov/2044	3.717	5.641
dez/2044 a nov/2049	3.379	5.228
dez/2049 a nov/2054	4.644	5.006
dez/2054 a nov/2060	475	782
	43.435	68.407

12. Fornecedores:

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	18.764	6.710	55.743	49.385
Fornecedores recuperação judicial	17.562	19.697	270.041	229.649
	36.326	26.407	325.784	279.034
Apresentados como:				
Circulante	19.688	7.700	65.404	63.750
Não circulante	16.638	18.707	260.380	215.284
Total	36.326	26.407	325.784	279.034

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, totaliza R$17.562 (controladora) Classe III. No consolidado o total é R$270.041, sendo Classe III. Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu correspondência enviada pelo Credor ("Compromisso de Subscrição"), por meio do qual o Credor, (i) declarou que é titular de créditos contra a Companhia no montante de R$58.182 (em 31 de dezembro de 2024, a ser atualizado nos termos dos Planos de Recuperação Judicial da Companhia conforme explicado na nota explicativa 1.2). Em continuidade ao fato relevante divulgados em 21 de outubro de 2024, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, o VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (Investidor) é titular de créditos contra a Renova, bem como é parte de instrumentos contratuais que, uma vez implementadas as condições suspensivas neles previstas, garantir-lhe-ão a titularidade de créditos adicionais contra a Companhia. Após devida consulta ao Investidor, o Investidor esclareceu que os créditos de sua titularidade, no montante de R$58 milhões, decorrem da aquisição de crédito quirografário. **13. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas: 13.1. Consolidado:**

Consolidado		31/12/2024					31/12/2023				
		Circulante			Não circulante	Total geral	Circulante			Não circulante	Total geral
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
BNDES [(13.5.a)]	100% CDI[a]	8.221	–	8.221	357.164	365.385	30.742	23.397	54.139	280.768	334.907
Banco Bradesco [(13.5.b)]	100% CDI[a]	–	–	–	–	–	36.520	27.825	64.345	333.893	398.238
JIVE MAUÁ RB [(13.5.b)]	100% CDI[a]	6.186	–	6.186	134.933	141.119	–	–	–	–	–
JIVE MAUÁ RG [(13.5.b)]	100% CDI[a]	12.859	–	12.859	280.500	293.359	–	–	–	–	–
Banco Itaú [(13.5.b)]	100% CDI[a]	3.576	–	3.576	155.379	158.955	13.361	10.180	23.541	122.156	145.697
Citibank [(13.5.b)]	100% CDI[a]	2.409	–	2.409	104.677	107.086	9.001	6.858	15.859	82.295	98.154
Banco ABC [(13.5.b)]	100% CDI[a]	1.431	–	1.431	62.152	63.583	5.344	4.072	9.416	48.862	58.278
Citibank [(13.5.b)]	100% CDI[a]	752	–	752	32.590	33.342	2.803	2.135	4.938	25.620	30.558
Banco Bradesco [(13.5.b)]	0,5% a.a. + TR[a]	–	–	–	–	–	28	233	261	4.200	4.461
Banco Itaú [(13.5.b)]	0,5% a.a. + TR[a]	22	227	249	3.851	4.100	28	227	255	4.078	4.333
JIVE MAUA RB [(13.5.b)]	0,5% a.a. + TR[a]	7	76	83	1.288	1.371	–	–	–	–	–
JIVE MAUA RG [(13.5.b)]	0,5% a.a. + TR[a]	15	157	172	2.677	2.849	–	–	–	–	–
Custo da dívida [(i)]		–	(2.247)	(2.247)	(24.712)	(26.959)	–	–	–	–	–
Total de empréstimos e financiamentos		35.477	(1.787)	33.691	1.110.499	1.144.190	97.827	74.927	172.754	901.872	1.074.626

(i) Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Em 31 de dezembro de 2024, a dívida que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R$1.144.190, sendo, R$1.129.486 da Classe II, R$324.890 da Classe III e R$33.342 extraconcursal. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.2.

13.2. Controladora: 13.2.1. Empréstimo:

31/12/2024		Circulante			Não circulante		
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Principal	Total	Total geral
Citibank [(13.5.b)]	0,5% a.a. + TR[a]	752	–	752	32.590	32.590	33.342
Custo da dívida [(i)]		–	(64)	(64)	(709)	(709)	(773)
Total de empréstimos		752	(64)	688	31.881	31.881	32.569

(i) Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

31/12/2023		Circulante			Não circulante		
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Principal	Total	Total geral
Citibank [(13.5.b)]	0,5% a.a. + TR[a]	2.803	2.135	4.938	25.620	25.620	30.558
Total de empréstimos		2.803	2.135	4.938	25.620	25.620	30.558

a) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial. **13.2.2. Debêntures privadas:**

Não circulante		31/12/2024			31/12/2023		
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total Total geral
Debêntures privadas	TR + 0,5% a.a.	1.527	52.229	53.756	1.223	54.801	56.024

Para reforçar o capital de giro da Companhia e finalizar as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A., foram realizadas emissões privadas de debêntures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes à variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pelas controladas do Alto Sertão III - Fase B, conforme resumo a seguir:

Data	Subscritor	Emissão privada	Valor	Vencimento	Saldo em 31/12/2024
05/04/2021	Fase B	8ª	50.379	06/04/2026	44.189
03/09/2021	Fase B	10ª	9.428	03/09/2026	9.567
			59.807		53.756

13.3. Movimentação: a) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora Principal	Controladora Encargos	Controladora Total	Consolidado Principal	Consolidado Encargos	Consolidado Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.082	2.434	32.516	902.461	98.392	1.000.853
Provisão dos encargos financeiros	–	3.567	3.567	–	124.735	124.735
Encargos financeiros pagos		(1.871)	(1.871)	–	(22.742)	(22.742)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(3.654)	–	(3.654)	(28.220)	–	(28.220)
Incorporação de juros ao principal	1.327	(1.327)	–	102.558	(102.558)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	27.755	2.803	30.558	976.799	97.827	1.074.626
Provisão dos encargos financeiros	–	3.327	3.327	–	115.983	115.983
Encargos financeiros pagos	–	(543)	(543)	–	(19.076)	(19.076)
Amortização de empréstimos e financiamentos	–	–	–		(383)	(383)
Incorporação de juros ao principal	408	(408)	–	154.446	(154.446)	–
Apropriação de custos de captações	–	408	408	–	408	408
Adição dos custos de captação	3.654	(4.835)	(1.181)	(22.533)	(4.835)	(27.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	31.817	752	32.569	1.108.712	35.478	1.144.190

b) A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

Controladora - Passivo	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	54.801	1.223	56.024
Encargos financeiros provisionados	–	770	770
Amortização	(2.572)	–	(2.572)
Encargos financeiros pagos	–	(466)	(466)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.229	1.527	53.756

13.4. Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos): As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.2):

Vencimento	31/12/2024 Controladora	31/12/2024 Consolidado
set/2025 a agost/2026	326	11.712
set/2026 a agost/2027	828	29.331
set/2027 a agost/2028	1.193	42.062
set/2028 a agost/2029	1.776	62.750
set/2029 a agost/2036	28.467	989.356
total	32.590	1.135.211

13.5. Resumo dos contratos: a) BNDES (empréstimo ponte): Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A. ("Diamantina"), no valor total de R$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A" no valor de R$140.000 e Subcrédito "B" no valor de R$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito "B" com a criação do subcrédito "C" no valor de R$163.963. Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento. A dívida com esse banco foi repactuada no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II). São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A. ("Alto Sertão"), Diamantina e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vi) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima. **b)** Outros empréstimos - capital de giro: <u>Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A.:</u> Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário ("CCB") junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. Em razão do pedido de recuperação judicial da controlada Diamantina, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a então controladora Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R$15.895 restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R$9.193, bem como um saldo no valor de R$15.289 (Nota 17) perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB. As dívidas com os bancos mencionados no parágrafo anterior foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III). No início de agosto de 2024, a Companhia foi informada de que o Banco Bradesco vendeu seus créditos para a gestora JIVE. Essa operação não altera as condições previamente estabelecidas para a Renova, exceto pela mudança de titularidade do crédito, sem qualquer ajuste no fluxo de pagamento ou nas taxas contratadas. Com a venda dos créditos do Banco Bradesco para a gestora JIVE, a parcela com vencimento em 15/08/2024 da Classe III, foi paga ao novo detentor desses créditos, sem qualquer alteração no fluxo de pagamento ou nas taxas acordadas no plano de recuperação judicial (Classe III). Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu correspondência enviada pelo Credor ("Compromisso de Subscrição"), por meio do qual o Credor, (i) declarou que é parte de instrumentos contratuais que, uma vez implementadas as condições suspensivas neles previstas, garantir-lhe-ão a titularidade de créditos adicionais contra a Companhia no montante de R$469.963 (em 31 de dezembro de 2024, a ser atualizado nos termos dos Planos de Recuperação Judicial da Companhia), em todos os casos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, garantias ou restrições de qualquer natureza (em conjunto, "Créditos") ; e (ii) manifestou seu compromisso na capitalização dos Créditos, conforme devidamente atualizados e disponíveis na data de homologação do Aumento de Capital pelo Conselho de Administração da Companhia, no âmbito do Aumento de Capital ("Capitalização dos Créditos"), explicado na nota explicativa 1.2. Em continuidade ao fato relevante divulgados em 21 de outubro de 2024, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, o VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (Investidor) é titular de créditos contra a Renova, bem como é parte de instrumentos contratuais que, uma vez implementadas as condições suspensivas neles previstas, garantir-lhe-ão a titularidade de créditos adicionais contra a Companhia. Após devida consulta ao Investidor, o Investidor esclareceu que os créditos de sua titularidade, no montante de R$ 469 milhões, decorrem de créditos concursais devidamente reconhecidos no quadro geral de credores da Companhia. <u>Banco Citibank S.A.:</u> em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário ("CCB") com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal. Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas: i) reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB, ii) altera os juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial, iii) determina o pagamento imediato de R$10.000, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank, e iv) amortização da dívida com recursos oriundos da venda de ativos. Conforme previsto nos planos de recuperação judicial, o saldo dos créditos extraconcursais do Citibank serão reajustados a 100% (cem por cento) do CDI, com amortização de juros e principal no mesmo fluxo de pagamento dos créditos dos credores com Garantia Real (Classe II). Assim como na Classe II, os créditos extraconcursais estão sujeitos aos mesmos termos. Conforme divulgado anteriormente, a Companhia está finalizando a elaboração de um novo aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, de modo a refletir os entendimentos acordados com os Credores com Garantia Real, visando uma nova extensão dos prazos e condições de pagamento, sem qualquer impacto para os demais credores da Companhia.

14. Tributos a Recolher:

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
IRPJ a pagar	–	–	1.977	1.274
CSLL a pagar	–	–	1.185	779
COFINS a recolher	299	298	1.652	5.977
PIS a recolher	65	65	358	1.297
Tributos sobre folha de pagamento	1.416	1.029	1.739	1.196
Tributos retidos de terceiros	599	206	1.289	898
Tributos sobre operações de mútuo	277	73	644	90
Tributos em parcelamento	–	1.594	–	2.986
ICMS a recolher	25	27	444	799
Total	2.681	3.292	9.288	15.296
Apresentados como:				
Circulante	2.681	3.029	9.288	15.033
Não circulante	–	263	–	263
Total	2.681	3.292	9.288	15.296

Os saldos de PIS e COFINS a pagar decorrem do resultado tributável apurado e faturamento de venda de energia auferido pelas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III e a Renova Comercializadora.

15. Contas a pagar - CCEE:

	Passivo 31/12/2024	Passivo 31/12/2023
CCEE		
Circulante	159.834	48.699
Não circulante	71.413	57.048
Total	231.247	105.747

Do saldo apresentado no quadro acima, R$31.727 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.2.

15.1. Movimentação: A movimentação está apresentada a seguir:

	31/12/2023	Resultado	Devolução ressarcimento	Amortização	Atualização	Reclassificação	31/12/2024
Ressarcimento CCEE (i)	73.321	85.249	–	(16.972)	3.651	(41.408)	103.841
Despacho 2.303 (ii)	–	–	53.206	–	1.065	41.408	95.679
Fornecedores a pagar CCEE PRJ	32.426	–	–	(1.172)	473	–	31.727
Total do passivo	105.747	85.249	53.206	(18.144)	5.189	–	231.247

(i) Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual - ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%. (ii) Provisão oriunda da suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica na Contratação de Energia de Reserva, essa suspensão foi determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da emissão do despacho nº 2.303/2019 que ordenou à CCEE que procedesse com a referida suspensão da compensação relativa aos anos contratuais apurados a partir de agosto de 2019 até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off (situações de corte de geração quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda de usinas eólicas). Cabe ressaltar que o Grupo reconheceu as provisões normalmente nos exercícios supracitados.

16. Outras contas a pagar:

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante	2.081	94.722	2.149	95.237
Não circulante	89.596	48.714	104.064	64.003
Total	91.677	143.436	106.213	159.240

Abertura de outros contas a pagar:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
i) passivo com a CEMIG GT*.	90.272	74.337
ii) passivo com a AES, que será quitado pelo encontro de contas contra créditos futuros, conforme mencionado na nota 1.1.5.	–	43.391
iii) negociação realizada com a Casa dos Ventos**.	–	25.375
iv) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na nota 13.5 (Classe III).	14.468	15.289
v) valor devido a Junto Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento das outorgas, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A.	11	–
vi) valores a pagar relacionados a processos cíveis, que compõem os credores Classe III do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2.	324	–
vii) outros.	1.138	848
	106.213	159.240

Nota (*) Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	DIP 4	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	25/10/2019	
Valor	10.000	6.500	20.000	5.000	41.500
Atualização	100%DI + 1,083% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 0,00% a.a.	
Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	25/10/2019	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.491	14.803	45.373	7.605	90.272

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada a 10% sobre o valor total devido, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

Nota (**): Em agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a assinatura do Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida e Outras Avenças, sujeito a certas condições resolutivas com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. que assumiu a obrigação de quitar uma dívida da Companhia no valor de R$43.000 junto ao Banco BTG Pactual decorrente do instrumento de confissão de dívida firmado entre Companhia e o BTG e em contrapartida de tal assunção, a Companhia cedeu em pagamento o projeto em desenvolvimento denominado Facheiro I. No momento, a maioria das condições precedentes da transação acima foram cumpridas, todavia não foram completamente concluídas, desta forma, a Companhia mantém um saldo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$25.377 em outras contas a pagar, aguardando o cumprimento total das condições precedentes que ainda restam pendentes para a conclusão integral da referida transação. **17. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R$161.145 (2023, R$204.388), sendo R$5.915 (2023, R$57.030) cíveis, R$2.456 (2023, R$2.402) trabalhistas, R$120.791 (2023, R$113.062) fiscais, R$690 (2023, R$601), administrativas e R$31.293 (2023 R$31.293), regulatório. A seguir apresentamos a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	57.079	2.402	113.013	601	31.293	204.388
Atualização	671	290	7.818	204	–	8.983
Baixa[(a)]	(51.835)	(236)	(40)	(115)	–	(52.226)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.915	2.456	120.791	690	31.293	161.145

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	57.091	3.517	103.655	662	31.689	196.614
Adição[(a)]	300	672	–	18	–	990
Atualização	579	149	9.443	51	–	10.222
Baixa[(b)]	(325)	(964)	(36)	(2)	–	(1.327)
Pagamento	–	(631)	(15)	–	–	(646)
Total	57.645	2.743	113.047	729	31.689	205.853
Honorários de êxito	(566)	(341)	(34)	(128)	(396)	(1.465)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	57.079	2.402	113.013	601	31.293	204.388

(a) refere-se substancialmente a transferência do montante a pagar relacionados ao processo cível movido pela Light, detalhado no item (i) a seguir, para a rubrica de fornecedores. <u>Prováveis</u>: i. Cíveis - A Companhia e a Light Comercializadora de Energia S.A. ("LightCom"), se compuseram para extinção de todas as demandas que estavam pendentes acerca da rescisão do Contrato Light I. Diante da composição as ações foram reclassificadas como remotas e excluídas após o arquivamento dos autos, considerando a inclusão no quadro geral de credores do crédito de R$51 milhões em favor da LightCom, Classe III. As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R$26.294, registrados na rubrica de fornecedores referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, ações de rescisão contratual sendo bastante pulverizadas e quando encerradas serão pagas nos termos do Plano de Recuperação Judicial. ii. Regulatório - Em 27 de julho de 2022, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica ("SFG"), publicou no Diário Oficial da União os despachos nº 2.001/2022 a 2.012/2022. i) aplicando aos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014 penalidade de multa editalícia no montante de R$31.293, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, considerando que: i.a) caso a multa não seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a execução da garantia de fiel cumprimento aportada, no justo valor para o ressarcimento da multa não paga; e ii.b) caso a multa seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a devolução integral da garantia de fiel cumprimento aportada; iii.c) caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente; e (ii) estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desse Despacho para o pagamento da multa constante do item (i). Em 08 de agosto de 2022, a Companhia protocolou recurso administrativo na ANEEL contra os referidos despachos pleiteando: (i) atribuição de efeito suspensivo automático ao recurso, na forma do artigo 36, parágrafo único, da Resolução Normativa nº 846/2019; e (ii) anulação dos Despachos SFG nº 2.001 a 2.012/2022. Em 07 de outubro de 2022 a Companhia reuniu-se com a diretoria da ANEEL para apresentar os pleitos presencialmente e aguarda julgamento do recurso acerca da dosimetria da penalidade. iii. Fiscal - provisionado o valor de R$120.678 decorrente do auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais. Após a improcedência de sua defesa em primeira instância administrativa, mantém-se em discussão em sede de Recurso Voluntário, cujo julgamento no CARF ocorreu em 21/02/2024, restando pendente a formalização do acórdão. Os advogados externos contratados pela Companhia avaliaram como provável o risco de perda na esfera administrativa. A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. <u>Possíveis</u>: Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R$353.657 (31 de dezembro de 2023, R$302.275), sendo R$319.782 (31 de dezembro de 2023, R$273.863) cíveis, R$20.359 (31 de dezembro de 2023, R$22.254) administrativas e R$13.479 trabalhistas (31 de dezembro de 2023, R$6.657), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se: a) Processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos arrendantes cujo montante total corresponde a R$118.320 (R$393.595, 31 de dezembro de 2023) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. A Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso. b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R$155.087 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias, ações de rescisão contratual e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial. **17.1. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos:** A Companhia informa que não há movimentação relevante nos Inquéritos Policiais relacionados à denominada Operação "E o Vento Levou", tampouco na Ação Penal em curso perante a Justiça Federal de São Paulo. Vale ressaltar que a Companhia não figura como Ré na Ação Penal em tela, a qual deve seguir seu curso regular, e os Inquéritos Policiais dizem respeito a situações pretéritas e pessoas físicas desvinculadas da atual administração da Renova Energia. A Companhia está acompanhando os desdobramentos das investigações e segue à disposição das autoridades para colaborar com as investigações ainda em curso. A Companhia mantém seu programa de integridade, bem como prima pela proteção de seu patrimônio e de sua imagem, contando com a Gerência de Governança Corporativa, sob a gestão da Diretoria Jurídica, que tem como missão garantir a observância de normas e procedimentos da Companhia, bem como prezar pelo fortalecimento de uma cultura de integridade baseada em gestão e monitoramento de riscos. Reforçando seu compromisso com a integridade nos negócios, a Companhia tem investido em diversos planos de ação e realizado todos os atos necessários para conservar seus direitos, boa reputação e imagem, a saber: i. Aprimoramento de iniciativas voltadas à divulgação e disseminação do canal de denúncias independente para empregados, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades; ii. Projeto de implementação de metas de gestão relacionadas a Compliance em todas as diretorias; iii. Revisão/implementação de políticas e procedimentos relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia; iv. Monitoramento anual de terceiros de alto risco; v. Aprimoramento da estratégia de comunicação e treinamento de colaboradores em temas relacionados ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção e LGPD; vi. Conscientização de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Companhia, bem como do Aviso de Privacidade, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor e intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades; vii. Aplicação de medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros; viii. Inclusão de cláusulas de integridade e privacidade de dados nos contratos firmados pela Companhia, incluindo a possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta; ix. Adesão formal à Política Corporativa Anticorrupção e ao Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal, conforme o caso; x. Monitoramento contínuo de riscos de invasão e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar malware e *ransomware*, bem como estudos e esforços constantes para aprimorar a segurança da informação, preservando informações confidenciais e estratégicas, bem como conformidade com a LGPD; e xi. Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia. Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia e práticas ESG. Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos abaixo algumas ações corporativas relacionadas às práticas ESG atualmente em nosso *pipeline* de iniciativas: **a)** Direitos humanos: a Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos. **b)** Diversidade: a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais). **c)** Meio ambiente: a Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores. **d)** Relações comunitárias: a Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção. **e)** Canal Transparência: é o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento

continua

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2025 23:27:15 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

Docusign Envelope ID: 59C8EDDC-2D71-47FA-8D2D-C846E9A2AEC3

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

Demonstrações Financeiras **2024**

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos. **18. Compromissos futuros:** Os contratos celebrados pela Renova Comercializadora visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda. Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou negativamente o lucro bruto no montante de R$52.493.

	31/12/2024			
	Ativo	**Passivo**	**Total**	**Resultado**
Circulante	63.415	(76.712)	(13.297)	(32.263)
Não circulante	213.868	(85.503)	128.365	(20.230)
	277.283	(162.215)	115.068	(52.493)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(94.276)	55.153	(39.123)	17.848
	31/12/2023			
	Ativo	**Passivo**	**Total**	**Resultado**
Circulante	52.443	(33.477)	18.966	18.965
Não circulante	305.489	(156.894)	148.595	148.595
	357.932	(190.371)	167.561	167.561
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(121.697)	64.726	(56.971)	(56.971)

19. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas: a) Capital autorizado: De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R$5.002.000. **b)** Capital social: Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores da Companhia, de forma a efetivar o "6º Processo de Aumento de Capital e Conversão", nos termos dos planos de recuperação judicial. O aumento de capital da Companhia foi homologado com o valor de R$31.296, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R$4.170.394, dividido em 249.483.956 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

	Ações ON		Ações PN		Total	% do Capital
Renova Energia	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**de ações**	**social total**
Bloco de Controle[1]	26.328.648	21,11%	–	0,00%	26.328.648	10,55%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part. Multiestratégia	15.115.371	12,12%	–	0,00%	15.115.371	6,06%
Caetité Participações S.A.	10.329.025	8,28%	–	0,00%	10.329.025	4,14%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	0,71%	–	0,00%	884.252	0,35%
Outros Acionistas	98.413.333	78,89%	124.741.975	100,00%	223.155.308	89,45%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part. Multiestratégia	66.545.129	53,35%	68.107.270	54,60%	134.652.399	53,97%
Renato do Amaral Figueiredo[1]	5.764.804	4,62%	4.527.141	3,63%	10.291.945	4,13%
BNDESPAR	696.683	0,56%	1.393.366	1,12%	2.090.049	0,84%
Caetité Participações S.A.	27.359	0,02%	406.795	0,33%	434.154	0,17%
Outros	25.379.358	20,35%	50.307.403	40,33%	75.686.761	30,34%
Total	124.741.981	100,00%	124.741.975	100,00%	249.483.956	100,00%

Nota 1: Possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR. **c)** Custos na emissão de ações: A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.

20. Receita líquida:

	Consolidado			
	31/12/2024 MWh*	**31/12/2023** MWh*	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Geração				
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	972.646	1.142.137	91.758	113.536
Comercialização				
Operações - comercialização de energia elétrica			198.745	137.140
			290.503	250.676
Deduções s/receitas:				
(–) Tributos s/receita (PIS/COFINS)			(31.277)	(22.838)
Total			259.226	227.838

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

21. Custos e despesas (receitas):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Custo dos serviços				
Compra de energia[(1)]	–	–	43.300	17.998
Custo da operação				
Serviços de terceiros	–	–	57.226	72.455
Multa sobre ressarcimento	–	–	–	–
Seguros	–	–	8.071	7.783
Material de uso e consumo	–	–	6.467	1.637
Outros custos	–	–	466	184
	–	–	72.230	82.059
Depreciações e amortizações	–	–	98.148	97.784
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tusd/Tust[(2)]	–	–	20.801	20.946
Taxa de fiscalização	–	–	3.132	3.158
	–	–	23.933	24.104
Total	–	–	237.611	221.945
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	4.169	7.357	30.236	30.293
Serviços de terceiros	1.598	6.598	24.088	13.113
Seguros	–	738	673	4.679
Telefonia e TI	(437)	1.090	2.031	3.064
Viagens	84	195	1.970	998
Impostos e taxas	641	599	1.284	1.285
Material de uso e consumo	76	175	976	397
Aluguéis e arrendamentos	(802)	185	291	202
Contingências cíveis e trabalhistas	2.512	(557)	3.275	2.397
Outras despesas	67	280	284	444
	7.908	16.660	65.108	56.872
Depreciações e amortizações	3.731	4.449	4.077	4.942
Outras (receitas) despesas líquidas				
Penalidades contratuais e regulatórias	1.855	–	1.819	(77.738)
Indenização	–	(4.940)	–	(4.940)
Provisão (reversão) para perda a valor recuperável de crédito de PIS/COFINS	–	–	–	(628)
Outras despesas (receitas)	347	16	481	1.517
	2.202	(4.924)	2.300	(81.789)
Total	13.841	16.185	71.485	(19.975)

(1) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela controlada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial. (2) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de Tust registrados na despesa estão relacionados, principalmente, ao período anterior a entrada em operação comercial dos parques eólicos.

22. Ganho na alienação de ativos:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Earn-out AES (nota 1.1.5)	65.577	–
Negociação casa dos ventos (nota 1.1.6)	25.374	–
Recebimento acordo transação de projetos em desenvolvimento Grupo Sallus (nota 1.1.6)	41.809	–
Acordo transação de projetos em desenvolvimento Grupo Sallus (nota 1.1.6)	(13.581)	–
Serra do tigre (nota 1.1.1)	–	6.878
Total das receitas financeiras	119.179	6.878

23. Resultado financeiro:

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		449	60	7.916	2.933
Juros - partes relacionadas	25	2	2.253	–	–
Outras receitas financeiras		(8)	288	280	570
(–) PIS/COFINS sobre receita financeira		(23)	(123)	(107)	(164)
Total das receitas financeiras		420	2.478	8.089	3.339
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	13	(3.327)	(3.567)	(115.983)	(124.735)
Juros sobre debêntures	13	(770)	(1.223)	–	(1.223)
Juros - partes relacionadas	25	(140)	(56)	–	–
Juros		(17.106)	(9.576)	(21.151)	(11.835)
Apropriação de custos de captações		(408)	–	(408)	–
Atualização monetária contencioso		(8.406)	(10.470)	(8.406)	(10.503)
Juros sobre obrigação de arrendamento	11	(754)	(252)	(2.224)	(1.587)
Juros sobre provisão para desmantelamento		–	–	(1.531)	(1.583)
IOF		(287)	(110)	(773)	(325)
Outras despesas financeiras		(71)	(914)	(1.295)	(1.084)
Total das despesas financeiras		(31.269)	(26.168)	(151.771)	(152.875)
Total do resultado financeiro		(30.849)	(23.690)	(143.682)	(149.536)
Receitas financeiras		420	2.478	8.089	3.339
Despesas financeiras		(31.269)	(26.168)	(151.771)	(152.875)
Total		(30.849)	(23.690)	(143.682)	(149.536)

24. Imposto de renda e contribuição social:

	Acumulado de 12 meses			
	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(117.069)	(12.084)	(126.866)	50.770
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	39.803	4.109	43.134	(17.262)
Exclusões (adições) permanentes				
Despesas não dedutíveis	(4.330)	(1.852)	(4.358)	(2.103)
Resultado da equivalência patrimonial	(65.130)	7.135	–	–
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	–	–	(1.236)	7.018
Utilização de crédito de base negativa para pagamento parcial de dívida tributária - QuitaPGFN (*)	–	2.846	–	4291
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(7.592)	(2.811)	(27.184)	(2.481)
Prejuízo fiscal e base negativa	37.249	(6.581)	(559)	(49.471)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	–	2.846	9.797	(60.008)
IR e CS Correntes	(26.954)	–	(38.424)	(8.804)
IR e CS Diferidos	26.954	2.846	48.221	(51.204)
Imposto de renda e contribuição social apurados	–	2.846	9.797	(60.008)
Taxa efetiva			7,72%	118,20%

Nota (*): A Companhia e sua controlada Renova Comercializadora utilizaram créditos decorrentes de base de cálculo negativa CSLL, para quitação antecipada de parte da dívida de tributos em parcelamento, por meio do programa Quita PGFN. A controladora não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Prejuízo fiscal do exercício	(2.145)	(19.311)
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	113.262	3.069
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(671.925)	(655.683)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(560.808)	(671.925)

25. Transações com partes relacionadas: 25.1. Controladora:

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Mútuo[(1)]								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	–	–	–	–	–	2.253	–	–
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	–	–	–	–	2	–	–	–
Centrais Eólicas Jatai S.A.	–	–	–	–	1	–	–	–
Centrais Eólicas Tabua S.A.	–	–	–	–	1	–	–	–
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A.	–	–	1	–	3	–	–	–
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	–	–	1	–	2	–	–	–
Centrais Eólicas Angelin S.A.	–	–	1	–	1	–	–	–
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	–	–	104	12.055	128	(56)	–	–
Subtotal	–	–	107	12.055	138	2.197	–	–
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	–	250	–	–	–	–	–	–
						–		
Rateio de despesa[(3)]								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	4.717	1.421	–	–	–	–	(9.700)	(100)
Controladas - LER 2013	2.150	387	–	–	–	–	(12.934)	–
Controladas - LER 2014	610	106	–	–	–	–	(3.668)	(164)
Controladas - ACL (Mercado Livre I)	7.386	6.220	–	–	–	–	(14.214)	(14.505)
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	164	164	–	–	–	–	–	(2.383)
SF 120 Participações Societárias S.A.	–	2.464	–	–	–	–	–	(1.157)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	–	3.520	–	–	–	–	–	–
Subtotal	15.028	14.282	–	–	–	–	(40.516)	(18.309)
Outros créditos[(4)]								
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	–	1.022	–	–	–	–	–	–
Diamantina Eólicas Participações S.A.	26.186	–	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	–	465	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	–	1.820	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Angelim S.A.	–	5	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Amescla S.A.	13.165	13.587	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	10.557	13.587	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	–	–	1.022	1.022	–	–	–	–
Centrais Eólicas Acácia S.A.	–	–	533	533	–	–	–	–
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	–	–	536	536	–	–	–	–
Centrais Eólicas Facheio S.A.	–	–	535	535	–	–	–	–
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	–	–	250	250	–	–	–	–
Centrais Eólicas Cedro S.A.	–	–	357	357	–	–	–	–
Centrais Eólicas Itaparica Ltda.	–	–	27.253	27.253	–	–	–	–
	49.908	30.486	30.486	30.486	–	–	–	–
Total	64.936	45.018	30.593	42.541	138	2.197	(40.516)	(18.309)
Apresentados como								
Circulante	64.936	44.768	30.486	30.486				
Não circulante	–	250	107	12.055				
	64.936	45.018	30.593	42.541				

25.2. Movimentação:

	Controladora	
	Ativo	**Passivo**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	222.010	30.486
Adição	34.252	11.999
Encargos financeiros provisionados	2.253	56
Amortização	(74.853)	–
Capitalização dos créditos com rateio	(377)	–
Capitalização do mútuo	(138.267)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.018	42.541
Adição	67.127	15.200
Encargos financeiros provisionados	3	393
Amortização	(40.110)	(27.541)
Capitalização dos créditos com rateio	(6.852)	–
Resgate de ações - Alto Sertão	(250)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	64.936	30.593

25.3. Resumo das operações com partes relacionadas: As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir: 1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR. 2) Refere-se ao resgate de ações emitidas pela controlada Alto Sertão, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de fevereiro de 2023. Foram resgatadas 13.360.273 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando R$6.138, utilizando-se a Reserva de Capital, conforme previsto no artigo 30, parágrafo 1º, alínea "b", e no artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações. O resgate foi realizado com base no valor patrimonial da ação, sem redução do capital social, resultando no cancelamento das ações resgatadas. Do valor total resgatado, foram utilizados R$5.888 no exercício de 2023, restando um saldo de R$250, realizado em 2024. 3) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia. 4) Refere-se substancialmente aos créditos recebidos e cedidos pela Companhia do fornecedor GE Energia Renováveis Ltda. para determinadas controladas indiretas com o objetivo de regularizar o contrato para fornecimento, operação e manutenção de aerogeradores para os parques eólicos do Projeto Alto Sertão III - Fase A, cuja quitação se deu em 18 de agosto de 2017. Debêntures privadas: Como mencionado na nota explicativa 13, tanto a Companhia quanto a sua controlada, Renova Comercializadora, emitiram instrumentos particulares de escritura privada de debêntures não conversíveis em ações subscritas respectivamente pelas controladas que integram a Fase B e pela Companhia. **25.4. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração do pessoal-chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R$9.661 e R$8.799, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	31/12/2024					
	Diretoria Estatutária	**Diretoria não estatutária**	**Total**	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número de membros remunerados	4,11	3,56	7,67	6,11	1,78	15,56
Remuneração fixa acumulada	3.904	2.799	6.703	1.073	97	7.873
Salário ou pró-labore	3.298	2.476	5.774	1.073	97	6.944
Benefícios diretos e indiretos	606	323	929	–	–	929
Remuneração variável acumulada	452	700	1.152	–	–	1.152
Bônus	250	214	464	–	–	464
Provisão Programa de participação no resultado	194	464	658	–	–	658
Gratificações variáveis	8	22	30	–	–	30
Benefícios pós emprego	95	–	95	–	–	95
Benefícios motivados pela cessação do cargo	541	–	541	–	–	541
Valor total da remuneração por órgão*	4.992	3.499	8.491	1.073	97	9.661

	31/12/2023					
	Diretoria Estatutária	**Diretoria não estatutária**	**Total**	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número de membros remunerados	3,00	1,50	4,50	6,00	4,08	14,58
Remuneração fixa acumulada	3.138	1.232	4.370	1.080	365	5.815
Salário ou pró-labore	2.764	1.075	3.839	1.080	365	5.284
Benefícios diretos e indiretos	374	157	531	–	–	531
Remuneração variável acumulada	1.770	901	2.671	–	–	2.671
Bônus	–	265	265	–	–	265
Provisão Programa de participação no resultado	1.770	636	2.406	–	–	2.406
Benefícios pós emprego	–	33	33	–	–	33
Benefícios motivados pela cessação do cargo	–	280	280	–	–	280
Valor total da remuneração por órgão*	4.908	2.446	7.354	1.080	365	8.799

Nota (*): Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022-CVM/SEP. Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	31/12/2024				31/12/2023			
	Diretoria Estatutária	**Diretoria não estatutária**	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria não estatutária**	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**
Número de membros	4,11	3,56	6,11	1,78	3,00	1,50	6,00	4,08
Valor da maior remuneração individual	1.807	1.074	180	24	1.672	529	135	67
Valor da menor remuneração individual*	931	837	180	24	1.012	12	135	67
Valor médio de remuneração individual	1.223	954	176	73	1.123	1.255	135	67

Nota (*): o valor da menor remuneração individual de cada órgão foi calculado considerando a exclusão de todos os membros que não exerceram o cargo por todos os meses do período apurado, conforme orienta o Ofício Circular/ANUAL-2022-CVM/SEP. A remuneração da administração ficou dentro dos montantes aprovados em assembleia geral ordinária e o conselho fiscal atendeu os requisitos de LSA. Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024, o montante de até R$14.043 para a remuneração global dos administradores no período de janeiro a dezembro de 2024. **26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas. **a)** Valor justo dos instrumentos financeiros: Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
Ativos financeiros	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	16.211	246	16.211	246
Partes relacionadas	64.936	44.768	64.936	44.768
Não circulante				
Aplicações financeiras	22	312	22	312
Partes relacionadas	–	250	–	250
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	19.688	7.700	19.688	7.700
Empréstimos e financiamentos	688	4.938	688	4.938
Partes relacionadas	30.486	30.486	30.486	30.486
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	69.337	1.000	69.337
Não circulante				
Fornecedores	16.638	18.707	16.638	18.707
Empréstimos e financiamentos	31.881	25.620	31.881	25.620
Debêntures privadas	53.756	56.024	53.756	56.024
Partes relacionadas	107	12.055	107	12.055
DIP Cemig (outras contas a pagar)	89.272	5.000	89.272	5.000

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
Ativos financeiros	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	144.216	17.600	144.216	17.600
Aplicações financeiras	5.145	5.180	5.145	5.180
Contas a receber de clientes	48.798	32.930	48.798	32.930
Compromissos futuros	63.415	52.443	63.415	52.443
Não circulante				
Aplicações financeiras	22	312	22	312
Compromissos futuros	213.868	305.489	213.868	305.489
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	65.404	63.750	65.404	63.750
Empréstimos e financiamentos	33.691	172.754	33.691	172.754
Compromissos futuros	76.712	33.477	76.712	33.477
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	69.337	1.000	69.337
Não circulante				
Fornecedores	260.380	215.284	260.380	215.284
Empréstimos e financiamentos	1.107.652	901.872	1.107.652	901.872
Compromissos futuros	85.503	156.894	85.503	156.894
DIP Cemig (outras contas a pagar)	89.272	5.000	89.272	5.000

b) Categorias de instrumentos financeiros: A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Controladora			
	31/12/2024		31/12/2023	
Ativos financeiros	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	16.211	–	246	–
Partes relacionadas	–	64.936	–	44.768
Não circulante				
Aplicações financeiras	22	–	312	–
Partes relacionadas	–	–	–	250
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	–	15.979	–	7.700
Empréstimos e financiamentos	–	688	–	4.938
Partes relacionadas	–	30.486	–	30.486
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	–	69.337	–
Não circulante				
Fornecedores	–	16.638	–	18.707
Empréstimos e financiamentos	–	31.881	–	25.620
Debêntures privadas	–	53.756	–	56.024
Partes relacionadas	–	107	–	12.055
DIP Cemig (outras contas a pagar)	89.272	–	5.000	–

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
Ativos financeiros	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	144.216	–	17.600	–
Aplicações financeiras	5.145	–	5.180	–
Contas a receber de clientes	–	48.798	–	32.930
Compromissos futuros	63.415	–	52.443	–
Não circulante				
Aplicações financeiras	22	–	312	–
Compromissos futuros	213.868	–	305.489	–
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	–	61.694	–	63.750
Empréstimos e financiamentos	–	33.691	–	172.754
Compromissos futuros	76.712	–	33.477	–
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	–	69.337	–
Não circulante				
Fornecedores	–	260.380	–	215.284
Empréstimos e financiamentos	–	1.107.652	–	901.872
Compromissos futuros	85.503	–	156.894	–
DIP Cemig (outras contas a pagar)	89.272	–	5.000	–

c) Mensuração pelo valor justo: Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

		Valor justo em 31 de dezembro de 2024		
Descrição	**Saldo em 31/12/2024**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos				
Aplicações financeiras	148.648	148.648	–	–

		Valor justo em 31 de dezembro de 2023		
Descrição	**Saldo em 31/12/2023**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos				
Aplicações financeiras	22.542	22.542	–	–

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2. **d)** Risco de Mercado: O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 13, possuem como contrapartes o BNDES, Bradesco, Citibank, Itaú, ABC e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI. **e)** Análise de sensibilidade (Consolidado): Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram adotadas as seguintes premissas: • definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I); • definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e • apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas. Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	**Operação**	**Cenário I - Cenário Provável**	**Cenário II - variação de 25%**	**Cenário III - variação de 50%**
	Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2024	12,15%	12,15%	12,15%
Baixa do CDI	Aplicações financeiras:	148.648	148.648	148.648
	Taxa anual estimada do CDI para 2024	12,15%	9,11%	6,08%
	Perda anual nas aplicações financeiras	–	(4.430)	(8.860)
Alta do CDI	Empréstimos:	1.253.101	1.253.101	1.253.101
	Taxa anual estimada do CDI para 2024	12,15%	15,19%	18,23%
	Perda anual nos empréstimos e partes relacionadas	–	(38.322)	(76.644)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 12,15%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (9,11% a.a.) e 50% (6,08% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e outras operações que são vinculados à taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (15,19% a.a.) e 50% (18,23% a.a.). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. **f)** Risco de Liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 13. A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Os planos de recuperação judicial da Companhia e determinadas controladas permitiu alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.2. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota e a entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III que ocorreu durante o exercício de 2022, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia. **g)** Tabela do risco de liquidez e juros: As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

	Consolidado				
Instrumentos à taxa de juros	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 ano a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Classe II	14.727	–	141.017	973.743	1.129.487
Classe III	10.698	8.979	80.808	224.405	324.890
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	436	–	4.163	28.743	33.342
Total	25.861	8.979	225.988	1.226.891	1.487.719

h) Risco de crédito: O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

		Valor contábil	
		Consolidado	
Ativos financeiros	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante			
Contas a receber de clientes	7	48.798	32.930

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **i)** Gestão de capital:

	Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(1.144.190)	(1.074.626)
Patrimônio líquido	819.660	933.020
(–) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	149.383	23.092
Dívida líquida + Patrimônio líquido	(175.147)	(118.514)

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida. A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova. **27. Lucro (prejuízo) por ação:** O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do período das opções de compra de ações com valor de período inferior ao valor de mercado. De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora	
	2024	**2023**
Prejuízo líquido do exercício	(117.069)	(9.238)
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	160.084	155.921
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R$)	(0,73)	(0,06)
Prejuízo diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	160.084	155.921
Lucro (prejuízo) diluído por ação (em R$)	(0,73)	(0,06)

28. Cobertura de seguros: A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais, com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Risco de operação

	Importância	Vigência	
Objeto da Garantia	**Segurada**	**Início**	**Fim**
Riscos operacionais	4.620.315	13/06/2024	30/06/2025
Responsabilidade Civil Geral	50.000	30/11/2024	30/11/2025
Fiança bancária	3.303	09/08/2024	09/08/2025

Risco de administração e portfólio

	Importância	Vigência	
Objeto da Garantia	**Segurada**	**Início**	**Fim**
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores - D&O	60.000	31/01/2024	31/01/2025
Seguro empresarial dos escritórios	6.700	07/11/2024	07/11/2025
Seguro de riscos diversos - equipamentos	915	07/11/2024	07/11/2025
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	5.000	29/03/2024	29/03/2025
Responsabilidade Civil Obras	3.000	10/09/2024	19/04/2025
Risco de Engenharia	16.000	10/09/2024	19/04/2025

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Provisão para perda sobre investimento	9	(4.600)	(243.019)	–	–
Aumento de capital com capitalização de crédito de terceiros	16	–	–	–	–
Aumento de capital em controladas com capitalização de crédito de terceiros		–	1.280	–	–
Aumento de capital em controladas com mútuos		–	138.267	–	–
Direito de uso - arrendamento	11	3.504	6.528	–	5.021
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	10	5.221	5.934	5.221	6.245
Efeito da conciliação imobilizado - fornecedor	12	–	(3.517)	–	2.100
Compensação de empréstimos com depósitos judiciais	13	–	(4.207)	–	(4.207)
Compensação de impostos a pagar com a recuperar	14	–	–	(825)	–
Aumento de capital com capitalização de créditos de terceiros - Partes Relacionadas	19	–	24.706	–	26.213
Reclassificação entre Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e Fornecedores		–	–	(51.923)	–
Empréstimos e financiamentos x fornecedores		10.948	–	10.948	–
Outras contas		–	(29.274)	–	(29.274)

30. Eventos subsequentes: 30.1. Pagamento parcela semestral com garantia real PRJ Classe II e III: Classe II (Garantia Real) e Extraconcursal: Em 17 de fevereiro de 2025, foi realizado o pagamento de R$ 32,8 milhões, referente à parcela semestral correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) dos juros acumulados no período de 15 de outubro de 2024 a 15 de fevereiro de 2025, conforme previsto na cláusula 8.3.1.1.3.2 do 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova. **Classe III - Quirografários:** Em 14 de fevereiro de 2025, foi realizado o pagamento de R$ 11,7 milhões, referente à parcela semestral correspondente a principal mais juros acumulados no período de 14 de agosto de 2024 a 14 de fevereiro de 2025, conforme previsto na cláusula 8.4.1.2.2.2. do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova. **30.2. Encerramento da Recuperação Judicial:** A Renova Energia S.A. (RNEW3; RNEW4; RNEW11) ("Companhia" ou "Renova"), em conformidade com o artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em complemento ao Fato Relevante divulgado em 31 de outubro de 2024, referente aos Novos Aditamentos, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, no dia 12 de fevereiro de

continua

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2025 23:27:28 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.gazetasp.com.br

Docusign Envelope ID: 59C8EDDC-2D71-47FA-8D2D-C846E9A2AEC3

renova R ENERGIA

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

Demonstrações Financeiras **2024**

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

2025, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial da Companhia e suas controladas ("Grupo Renova Energia"), que tramita sob o nº 1103257-54.2019.8.26.0100 ("Recuperação Judicial"). A sentença de encerramento da Recuperação Judicial foi proferida nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101/2005, conforme alterada ("LRF"), reconhecendo o cumprimento integral das obrigações previstas no plano de recuperação judicial ("Plano"). Isso significa que o Grupo Renova Energia atendeu a todas as obrigações assumidas perante os credores, implementando com êxito as medidas estabelecidas no Plano, dentro dos prazos, termos e condições estipulados. Este é um marco fundamental na reestruturação e transformação da Companhia, consolidando sua sustentabilidade de longo prazo, rentabilidade e capacidade de inovação. O encerramento da Recuperação Judicial permite à Companhia operar com maior estabilidade, superar os desafios financeiros e seguir com o pagamento do saldo do passivo concursal de R$1.487.718 conforme apresentado na nota explicativa 1.2. **30.3. Aumento de Capital - Termo Compromisso de *Lock-Up:*** A Renova Energia S.A. (RNEW3; RNEW4; RNEW11) ("Companhia"), em cumprimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade aos fatos relevantes divulgados em 21 de outubro de 2024, 25 de outubro de 2024 e 28 de novembro de 2024, vem comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 5 de março de 2025, recebeu a confirmação do VC Energia II Fundo de Investimento em Participações ("Credor") acerca da sua titularidade da totalidade dos créditos a serem capitalizados no âmbito do aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, conforme disposto no estatuto social da Companhia, aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2024 ("Aumento de Capital"), restando, portanto, verificada a condição aplicável à realização do Aumento de Capital. Adicionalmente, a Companhia informa que, em 6 de março de 2025, foram celebrados o "Termo de Compromisso de *Lock-Up*" e o "Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital", entre a Companhia e o Credor, para formalizar as obrigações assumidas pelo Credor nos termos da correspondência recebida pela Companhia em 28 de novembro de 2024, conforme fato relevante divulgado na mesma data.

Declaração da Administração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores independentes - BDO RCS Auditores Independentes.

São Paulo, 28 de março de 2025

Diretoria

Sergio Brasil
Diretor Presidente

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Edson Rodrigues de Sá Júnior
Contador - CRC SP-263284/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Renova Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Renova Energia S.A ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Renova Energia S.A** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Renova Energia S.A. e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a Renova Energia S.A. e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados pela Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021.

A Companhia, celebrou também novos aditamentos aos planos de recuperação judicial da própria empresa e das sociedades que compõem o Alto Sertão III (conjuntamente, os "Planos"), com aprovação unânime dos credores com garantia real. Esses aditamentos visam o reperfilamento da dívida e foram submetidos à homologação na 2ª Vara de Falências de São Paulo em 14 de outubro de 2024. Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 30.2, no dia 12 de fevereiro de 2025, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da comarca de São Paulo proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial da Companhia e suas controladas ("Grupo Renova Energia"), que tramita sob o nº 1103257-54.2019.8.26.0100 ("Recuperação Judicial"). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº17, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos de natureza civil, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Com base na opinião de seus assessores jurídicos e no melhor entendimento da Administração, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém provisionado R$ 129.596 mil (individual) e R$ 161.145 mil (consolidado) para fazer face às possíveis perdas relacionadas aos processos classificados como de risco de perda provável. Adicionalmente, existem diversos processos de natureza civil e trabalhista, considerados como de risco de perda possível pelos assessores jurídicos, no montante de R$ 353.657 mil, para os quais nenhuma provisão para contingência foi constituída.

Consideramos que esse assunto foi importante na nossa auditoria em função da relevância dos valores envolvidos nos processos, o alto grau de julgamento que envolve a classificação das chances de êxito de cada processo e a estimativa de valor, a determinação se uma provisão deve ser constituída e a probabilidade de desembolso financeiro.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(i) Entendimentos sobre os controles internos que envolvem a identificação, a constituição de passivos e as divulgações das contingências em nota explicativa;
(ii) Obtenção de confirmação externa diretamente com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos;
(iii) Discussão com a Administração acerca da classificação das chances de êxito de cada processo e a evolução dos principais processos judiciais em aberto;
(iv) Verificação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base na execução dos procedimentos acima mencionados, consideramos que as estimativas das provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas estão adequadas, assim como as divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valor Justo dos contratos de energia futuros

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18, os contratos de compromissos futuros celebrados pela controlada Renova Comercializadora são mensurados ao valor justo, utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa a curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia.

O resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é registrado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

Considerando a relevância dos saldos, que originou um impacto negativo no lucro bruto no montante de R$ 52.493 mil, a existência de estimativas significativas utilizadas na mensuração do valor justo dos contratos futuros e as premissas utilizadas para a determinação da taxa de desconto, de forma a mensurar a valor presente, bem como eventuais mudanças nas premissas e estimativas utilizadas que poderiam impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(i) Obtenção do entendimento sobre o fluxo de mensuração e registro das operações de contratos futuros;
(ii) Testes amostrais de documentos para validação da base de cálculo do valor justo dos contratos de entrega e recebimento de energia futura;
(iii) Avaliação da adequação do preço futuro de energia e demais premissas que foram utilizadas pela Companhia para determinar o valor justo dos contratos e a taxa de desconto utilizada para avaliar a valor presente;
(iv) Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base nos procedimentos acima executados, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre esse assunto nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas - informação suplementar

As Demonstrações, individual e consolidada, do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 28 de março de 2025

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2SP 013846/O-1

Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC 1BA 017715/O-5 -S- SP

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2025 23:27:41 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*